

8 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA E DE SUAS REGIÕES DE 1990 A 2000

Este capítulo tem por objetivo apresentar um diagnóstico do Estado da Bahia do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico global e regional no período 1990/2000. No diagnóstico do desenvolvimento regional, procurou-se caracterizar a situação atual e as potencialidades econômicas regionais, os focos dinâmicos de desenvolvimento e as áreas problemas com suas respectivas causas.

8.1 AS REGIÕES DO ESTADO DA BAHIA E SUAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS

Neste item descrevem-se a situação atual e as potencialidades das 15 regiões econômicas (Mapa 47) do Estado da Bahia.



Fonte: SEL.

8.1.1 Região Metropolitana de Salvador

A RMS — Região Metropolitana de Salvador é a mais desenvolvida do Estado da Bahia sendo adensada pela presença de suporte comercial e de serviços, sobretudo em Salvador, sua capital, com infra-estrutura diferenciada em relação às demais regiões da Bahia. A RMS possui um percentual extremamente elevado dos investimentos da indústria baiana, em função da representatividade do setor petroquímico e do novo vetor de expansão metal-mecânico. Essa região concentra possibilidades de verticalização petroquímica e conta com projetos de implantação na área de alimentos (ração), têxtil (fiação de sisal) e construção civil (pré-moldados e painéis, alocados no segmento de extração mineral e beneficiamento). A implantação do projeto automotivo *Amazon* da Ford em Camaçari poderá ampliar o mercado da petroquímica estadual e estimular o segmento de transformação da petroquímica local desde que a montadora privilegie a formação da cadeia produtiva na Bahia. Além disso, deverá produzir grandes impactos sociais e econômicos na RMS.

8.1.2 Região Extremo Sul

O Extremo Sul é a segunda região de maior atração de investimentos da Bahia e nela está concentrada a produção de celulose do Estado. Beneficiando-se da montagem de nova infra-estrutura para viabilizar a produção de celulose e o desenvolvimento do turismo, conta com investimentos de implantação de derivados da fruticultura (concentrados, néctares e geléias), vinculados ao setor mineral (mármore e granitos em Teixeira de Freitas) e ao segmento metal-mecânico (retífica e manutenção de máquinas em Mucuri). Entre os investimentos de ampliação, encontram-se projetos de grande porte alocados ao segmento madeireiro.

No setor agropecuário, o Extremo-Sul possui aptidões diversas. Tem na pecuária bovina a utilização dominante, seguida do cultivo do mamão, cacau, café, coco-da-baia, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto. A silvicultura desempenha importante papel econômico na Região. Várias empresas atuam nesse segmento, orientadas para a produção de celulose e carvão de uso siderúrgico.

Excluindo a produção de papel e celulose, essa região apresenta um baixo nível de industrialização. A fragilidade estrutural do sistema industrial é evidente, com uma concentração no segmento madeireiro (40,3% em 1992). A indústria mobiliária é de pequena expressão, com 49 estabelecimentos em 1992, mas representando apenas 6,4% no cômputo global. Estatísticas indicam que o Estado da Bahia fabrica apenas 17% de sua demanda de

móveis. São gêneros industriais emergentes os de alimentação, vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Uma alternativa de agroindustrialização que vem sendo apontada para os tabuleiros costeiros do Extremo-Sul da Bahia é a da implantação de empreendimentos de grande, médio e pequeno portes voltados à produção de óleo de dendê.

Considerado como fator relevante para a diversificação e fortalecimento da economia regional, o turismo apresenta grande perspectiva de expansão, principalmente nos municípios situados ao longo do litoral. No Extremo Sul, localiza-se o segundo mais importante pólo turístico do Estado da Bahia, a Costa do Descobrimento, dotada de infra-estrutura hoteleira e de aeroporto, envolvendo além de Porto Seguro, Arraial d'Ajuda, Trancoso, Caraivas e os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Belmonte.

Entre as potencialidades do Extremo-Sul da Bahia, podem ser destacadas:

- Disponibilidade de terra e mercado para a implantação de uma pecuária de alta competitividade;
- Existência de condições para ampliação do Pólo de Celulose no Extremo Sul;
- Potencial para o desenvolvimento de um Polo Moveleiro;
- Exploração empresarial da pesca tanto em águas interiores, quanto no litoral (peixes, crustáceos e moluscos);
- Desenvolvimento da fruticultura e implantação de agroindústrias mais competitivas;
- Expansão do turismo em toda a região.

8.1.3 Região Paraguaçu

Essa região tem Feira de Santana como seu município mais desenvolvido. Devido a sua proximidade da RMS, Feira de Santana beneficia-se das chamadas economias de aglomeração. É a segunda maior concentração urbana do Estado, possui o Centro Industrial do Subaé e conta com boa infra-estrutura. Esse município concentra todos os investimentos de ampliação e implantação anunciados para a região que tem, atualmente, como principais suportes econômicos, o comércio, os serviços e a indústria de transformação, especialmente na cidade de Feira de Santana, a pecuária e a mineração.

Feira de Santana exerce papel proeminente na região pelo fato de possuir importantes economias de aglomeração e se constituir em entroncamento por onde circulam mercadorias

oriundas do Sul/Sudeste do Brasil para o Nordeste e vice-versa e das várias regiões do próprio Estado, além de se encontrar localizada na Macrorregião de Salvador. Essa situação faz com que o município se credencie a atuar como lócus privilegiado à implantação de estruturas de serviços e indústrias voltadas para o atendimento de mercados mais amplos, regional e nacional.

Entre as potencialidades existentes na região do Paraguaçu podem ser citadas:

- Agricultura irrigada e agroindústria a ela associada no Vale do Paraguaçu (abacaxi, laranja, etc.);
- Integração vertical na agricultura irrigada (Vale do Paraguaçu) e na pecuária semi-intensiva;
- Beneficiamento e industrialização de recursos minerais da pequena mineração: produção artesanal de cal, industrialização de rocha ornamental, lavra e beneficiamento dos minerais pegmatito (quartzo, feldspato, mica, berilo, etc.) e lavra e beneficiamento de barita, manganês e quartzo (cristal de rocha);
- Produção de paralelepípedos.

8.1.4 Região Oeste

A região Oeste tem Barreiras como seu principal município. É a principal região produtora de grãos da Bahia, além de diversificar suas atividades rumo à produção de frutas e café. Todos os investimentos previstos para essa região estão alocados no segmento alimentar, 90% deles vinculados à cadeia de produção grãos-carne, enquanto o restante refere-se à produção de pescado devido ao rico manancial hidrográfico local.

Apesar de servida pelo curso navegável do Rio São Francisco e seus afluentes, a Região Oeste ficou isolada do resto do Estado e do país até o século XVIII, quando surgiram os primeiros povoados em decorrência da penetração da pecuária extensiva. Assim, a região permaneceu com uma base econômica frágil, apoiada na pecuária extensiva, na cana de açúcar e produtos de subsistência e com baixo nível tecnológico, até a segunda metade da década de 60. Nessa época, com a construção das estradas interestaduais Brasília-Barreiras-Ibotirama, BR 020/242, e Barreiras-Piauí, BR 135, e de outras vias estaduais e municipais rompeu-se o isolamento regional.

A partir do final da década de 70, com o grande fluxo de agricultores de regiões mais

desenvolvidas do país, as práticas tradicionais das culturas de subsistência começaram a ser substituídas por atividades produtivas mais dinâmicas e mais exigentes em termos tecnológicos e gerenciais, destacando-se a pecuária bovina, baseada em pastos cultivados e manejo mais racional dos rebanhos; os reflorestamentos apoiados por incentivos fiscais; a implantação de projetos agro-industriais e o início do cultivo da soja na área do cerrado. Barreiras que já ostentava a posição de centro emergente, continuou a desempenhar o papel de principal centro econômico do Oeste. Nesse processo, Santa Maria da Vitória tornou-se, ao lado de Barreiras, uma das cidades de maior concentração de imigrantes.

O desenvolvimento da produção de grãos e da agricultura irrigada, com tendência à especialização na fruticultura, definiram um novo quadro para a Região Oeste. Os impactos das novas atividades inseridas na região provocaram um reordenamento das relações sociais locais, ensejando um maior poder aquisitivo e diferente padrão cultural para alguns segmentos, possibilitando acesso aos meios de consumo e concorrendo para a ampliação e diversificação da demanda nas cidades. As oligarquias regionais se desarticularam, embora as atividades tradicionais permanecessem, ficando subordinadas a um novo padrão de desenvolvimento regional.

A fase mais dinâmica de reestruturação da economia da Região Oeste, do final da década de 70 até meados da década de 80, se desenrolou sem a participação do governo do Estado e sob o comando de grupos de fora, que chegaram à Região e difundiram relações sociais, técnicas de produção e de circulação tipicamente capitalistas, alterando o cenário socioeconômico existente. Esse processo, centrado principalmente na produção comercial, foi praticado sob consideráveis inversões privadas e padrões tecnológicos e organizacionais inteiramente novos para a região, onde o uso de modernos insumos agrícolas e de práticas de irrigação implicava numa intensa utilização de capital e tecnologia, baixo uso de mão de obra permanente e redução progressiva de mão de obra sazonal, na medida em que avançava a mecanização da lavoura.

A introdução da produção de soja no cerrado propiciou a integração da região na divisão inter-regional de expansão da agricultura nacional, estabelecendo laços econômicos com a rede de comercialização dos produtos, insumos e máquinas, criando novas relações sociais nos fluxos migratórios macro-regionais e nacionais. Também a CODEVASF exerceu importante papel na introdução da tecnologia de irrigação na região dos cerrados através do perímetro de irrigação São Desidério/Barreiras Sul. As potencialidades econômicas e naturais

dessa área têm atraído investimentos empresariais, principalmente na instalação de projetos de irrigação, no desenvolvimento de uma pecuária em escala econômica e na produção de grãos, apoiados na estrutura agroindustrial das cooperativas, que permite alcançar os mercados externos.

Conquanto a Região Oeste seja deficiente em infra-estrutura econômica e social, os empreendimentos são pioneiros, audaciosos e inovadores. O otimismo domina a Região Oeste, que já é a mais moderna e desenvolvida da Bahia em termos agrícolas. O efeito desse progresso se materializa no grande número de núcleos urbanos surgidos nos últimos 20 anos e que se diferenciam qualitativamente dos antigos povoados da Região Oeste e vêm definir uma nova dinâmica da rede urbana regional. Na Sub-região dos Cerrados, Barreiras reafirma-se como pólo regional, seguido por Correntina e Formosa do Rio Preto e como novos núcleos populacionais destacam-se Mimoso do Oeste, Rosário, Roda Velha e Balsas.

O transporte fluvial pode desempenhar importante papel em integração com o transporte rodoviário na economia da Região Oeste. A aglomeração industrial de minério (magnésio e calcário) no município de Santa Maria da Vitória também é de grande importância para a economia regional. A expansão econômica da Região Oeste no futuro requer que sejam realizados grandes investimentos na área de infra-estrutura, particularmente de energia e transporte fluvial, em sistemas de irrigação e agroindústrias.

8.1.5 Região Serra Geral

É a menos urbanizada da Bahia, abrangendo os municípios de Brumado, Guanambi e Caetité, dentre outros. Sua agricultura baseia-se fundamentalmente no algodão e sua principal atividade é a mineração (magnesita em Brumado, garimpos de ametista em Caetité e Licínio de Almeida e extração de urânio em Lagoa Real). Hoje, Guanambi é o principal pólo de desenvolvimento da região. Quase todos os investimentos previstos para essa região destinam-se ao segmento mineral.

As potencialidades econômicas dessa região:

- Beneficiamento de milho em Guanambi;
- Extração do urânio de Lagoa Real;
- Assistência às regiões garimpeiras;

- Sistemas de adução de água na margem direita do rio São Francisco;
- Manejo e conservação do solo em Guanambi;
- Recuperação de pastagens e introdução de sistema racional de manejo do solo em Guanambi;
- Racionalização da motomecanização em Guanambi;
- Difusão generalizada de práticas conservacionistas do solo;
- Recuperação da malha viária que cobre a região;

8.1.6 Região Litoral Norte

A região conta com uma base produtiva diversificada, destacando-se a exploração de petróleo e a fruticultura (laranja e coco-da-baia). A região dispõe de algumas aglomerações industriais que se localizam em Alagoinhas (Distrito Industrial de Sauípe), Pojuca (metalurgia de ferro-ligas), Entre Rios e Mata de São João (laticínios) e no Município de Conde (fibras de coco). Há, também, atividades de beneficiamento de madeira derivadas do distrito florestal existente na região. Com a construção da Linha Verde, estrada litorânea que atravessa a região, está havendo grande impulso ao turismo. O Litoral Norte conta, também, com investimentos no segmento de bebidas e revestimentos cerâmicos, ambos localizados em Alagoinhas, maior pólo industrial da região.

8.1.7 Região Sudoeste

Abrange os municípios de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, dentre outros. Suas principais atividades econômicas são a pecuária, principalmente em Itapetinga, a cafeicultura em Vitória da Conquista, a indústria de transformação nessa cidade e em Jequié e o comércio e os serviços especialmente em Vitória da Conquista e Jequié. A região Sudoeste apresenta, também, um elevado crescimento na produção de carnes devido ao seu expressivo rebanho bovino e ao desenvolvimento da avicultura e suinocultura. Ela se destaca, também, na produção de leite na bacia do rio Pardo, café nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto e hortifrutícolas em Jaguaquara e seu entorno. Em Jequié se localizam algumas indústrias alimentares e um importante pólo têxtil.

A cidade de Vitória da Conquista concentra nessa zona a maior parte dos investimentos gerados nessa região exercendo um importante papel de centro regional, industrial, comercial e de serviços. Localiza-se estrategicamente ao longo da BR-116 por onde trafega grande parte

de mercadorias que circulam entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil. O peso econômico de Vitória da Conquista associado à sua localização privilegiada como principal entreposto comercial dessa região, faz com que se credencie a liderar o processo de desenvolvimento de sua área de influência.

A localização estratégica de Vitória da Conquista lhe credencia a implantar indústrias de transformação para o atendimento de mercados local, regional e nacional e a desenvolver atividades comerciais de maior porte para o mercado regional. A cafeicultura e a agroindústria a ela associada, a pecuária bovina semi-intensiva associada à industrialização de seus produtos e subprodutos e a mineração devem merecer a máxima prioridade. Entre as oportunidades existentes nessa região, podem ser citadas:

- Implantação de unidades de beneficiamento do café em Vitória da Conquista;
- Integração vertical na produção do café e na pecuária semi-intensiva;
- Promoção da lavra e beneficiamento da cianita e bentonita de Vitória da Conquista;
- Implantação de centrais de beneficiamento de minerais em Vitória da Conquista para aproveitamento do feldspato, bentonita e berilo dentre outros recursos minerais;
- Produção de blocos, telhas, manilhas, cobogós e placas com a utilização de argilas e areia;
- Produção de paralelepípedos;
- Implantação de unidades de beneficiamento de algodão em Vitória da Conquista;
- Desenvolvimento da agricultura de sequeiro com tecnologia (café, mamona, sisal, milho, palma forrageira, mandioca e algaroba) em Vitória da Conquista.

8.1.8 Região Litoral Sul

Tem como municípios mais representativos Ilhéus e Itabuna. Contempla grande variedade de atividades produtivas sendo as principais o cacau e a pecuária bovina. Até a década de 70, a participação da cacauicultura no PIB baiano era bastante significativa gerando, em consequência, uma grande dependência da economia da Bahia em relação à sua produção. A queda vertiginosa do preço do cacau no mercado internacional e a perda da competitividade do cacau produzido na Bahia nos últimos 20 anos fez com que se instalasse uma crise sem precedentes na Região Litoral Sul da Bahia.

Na superação dessa crise visualizaram-se três alternativas de solução: renovação dos cacauais, expansão da fronteira agrícola e diversificação da produção. A tentativa identificada como prioritária foi a de renovação dos cacauais decadentes de baixa produtividade que, no entanto, não produziu os resultados almejados e cujo fracasso foi atribuído a deficiências das práticas agrônômicas e às características socioculturais dos agricultores, pouco abertos às inovações.

A expansão da fronteira agrícola, que constituía parte da estratégia de aumento da produção, ocorreu, todavia, em solos pobres, onde os custos de produção tornaram a cultura praticamente inviável. O Plano de Diversificação da Lavoura Cacaueira, envolvendo culturas destinadas aos mercados nacional e internacional, foi a mais importante tentativa de mitigar os efeitos estruturais da crise e reduzir a dependência da região em relação à monocultura do cacau mediante a implantação de um sistema de produção orientado para a agroindústria. A presença da CEPLAC garantiria a consistência econômica e técnica necessária a implantação de um moderno sistema de produção que, pelas suas características de complementaridade, beneficiaria a própria cacauicultura, tanto pelo efeito demonstração como pela geração de renda.

A crise da cacauicultura atingiu o clímax com o advento da ‘vassoura-de-bruxa’ que dizimou praticamente suas áreas de produção de forma vertiginosa. Do ponto de vista econômico, a dependência histórica da região em relação à monocultura do cacau, as tentativas sem sucesso de redução dessa dependência e a concentração da economia no eixo Ilhéus-Itabuna, condicionaram o desenvolvimento dos outros setores da economia da região em um patamar muito aquém do que seria previsível dado o grande volume de capital gerado com a lavoura.

A análise da Região Litoral Sul por subárea leva aos seguintes resultados:

8.1.8.1 Subárea Baixo Sul

Essa subárea apresenta uma base produtiva agrícola bastante diversificada, onde se destacam os cultivos perenes como cravo da Índia, cacau, guaraná, seringueira, pimenta do reino, coco-da-baía, dendê, banana, laranja e café que, em conjunto, representavam 87,3% do total da área plantada na subárea em 1993. Entre as lavouras temporárias, a mandioca constitui a principal exploração, participando com 23,3% do total da área e 22,2% do volume de produção regional.

O setor industrial apresenta uma produção orientada para o mercado local e regional, concentração espacial, baixo nível tecnológico e escala reduzida. As unidades industriais concentram-se nos municípios de Valença, Camamu e Ituberá, representando 84,8% do total. Dos 15 gêneros industriais presentes na subárea, três concentram 57,8% dos estabelecimentos: madeira 23,8%, alimentos 23,0%, e minerais não metálicos 11,0%. A metalurgia corresponde a 6,8% e o setor mobiliário e produtos químicos e perfumaria totalizam 1,7%.

8.1.8.2 Subárea Cacaueira

Detém a grande concentração da lavoura cacaueira, respondendo, em 1993, por cerca de 84% da área colhida e 84,5% do volume da produção regional. Em meio aos cacauais, distribuem-se outros cultivos permanentes e temporários como banana, citrus, coco-da-baía, cana-de-açúcar e mandioca que, apesar de ocuparem áreas pouco significativas, contribuem, juntamente com a bovinocultura, para a ampliação da renda do produtor.

A debilidade do setor industrial nessa subárea é atribuída aos efeitos de uma economia agrária baseada na monocultura voltada para a exportação e à conseqüente formação de um segmento empresarial não afeito às necessidades de mudanças. A partir de 1960, com a adoção de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de atividades privadas na Região Nordeste, configura-se o sistema industrial regional, com a criação dos distritos industriais de Itabuna, Ilhéus e Itabela. Em 1992, os distritos de Ilhéus e Itabuna participavam com 25,7% das unidades instaladas em distritos industriais no Estado e o eixo Itabuna/Ilhéus concentrava 53,5% das unidades industriais da subárea. A produção industrial concentra-se nas áreas de alimentos, madeira, minerais não metálicos e eletro-eletrônicas.

Como inserção industrial mais recente, deve-se mencionar os investimentos para criar em Ilhéus um pólo de equipamentos eletrônicos, para o qual estão sendo atraídas indústrias montadoras, principalmente de computadores e televisores. É exatamente no complexo Eletroeletrônico que a região encontra maiores perspectivas de expansão industrial.

O potencial de desenvolvimento da Região Litoral Sul é bastante grande como pode ser constatado no Quadro 16.

Quadro 16 – Potencial de desenvolvimento da Região Litoral Sul

CACAU	PECUÁRIA	CANA-DE-AÇÚCAR
<p>Produção, comercialização e industrialização de chocolate, geléia, sucos, aguardente, vinhos, vinagre, doces diversos etc.</p> <p>Utilização da casca na produção de divisórias, ração animal, adubo e biogás, etc.</p>	<p>Produção, comercialização e industrialização de laticínios (leite, queijo, iogurte);</p> <p>Comercialização de carne (frigoríficos)</p> <p>Produção comercialização e industrialização de farinha de osso, artigos de couro, etc.</p>	<p>Produção, comercialização e industrialização do açúcar e do álcool, inclusive para fins energéticos;</p>
DENDÊ	SERINGUEIRA (BORRACHA VEGETAL)	OUTRAS ALTERNATIVAS
<p>Produção, comercialização e refino de óleo de dendê como alimento, substituto do diesel ou para utilização na siderurgia.</p>	<p>Produção, comercialização e industrialização de artefatos de borracha (luvas, preservativos, botas, sapatos, pneus etc.).</p> <p>Produção e comercialização de fertilizantes a partir do vinhoto; e</p> <p>Utilização do bagaço de cana para produção de energia.</p>	<p>Produção, comercialização e industrialização de alimentos, guaraná, banana, cravo-da-índia, pimenta-do-reino e pesca, além do incentivo ao turismo e da indústria eletro-eletrônica.</p>

Elaboração própria.

8.1.9 Região Piemonte da Diamantina

É uma das mais pobres e com menor grau de urbanização da Bahia. Todos os investimentos previstos para essa região dizem respeito ao complexo mineral (cimento em Campo Formoso e cobre em Jaguarari). Além da mineração, que inclui o garimpo de esmeraldas, a região possui uma importante atividade pecuária com a criação de bovinos, ovinos e caprinos com grande potencial de crescimento. Outra atividade importante diz respeito à produção de sisal.

Dentre as oportunidades existentes na região, podem ser citadas:

- Produção de cal em Campo Formoso;
- Produção de cromo em Senhor do Bonfim;
- Desenvolvimento do potencial turístico no município de Campo Formoso onde se situam duas grandes cavernas (Vereda da Tábua ou Vale do rio Salitre);
- Industrialização do mármore bege em Ouro-lândia e Jacobina;
- Produção de cromo em Jacobina e vale do rio Jacurici;
- Aproveitamento do calcário calcítico de Jacobina;

- Beneficiamento e industrialização de recursos minerais da pequena mineração: produção artesanal de cal, industrialização de rocha ornamental, lavra e beneficiamento dos minerais pegmatito (quartzo, feldspato, mica, berilo, etc.) e lavra e beneficiamento de barita, manganês e quartzo (cristal de rocha);
- Produção de paralelepípedos;
- Desenvolvimento do potencial turístico do município de Orolândia (cavernas, orquidários, cachoeiras, etc).

8.1.10 Região Médio São Francisco

Tem Bom Jesus da Lapa como seu principal pólo de desenvolvimento. Em Bom Jesus da Lapa está havendo a expansão na produção de frutas e hortícolas irrigadas com a mais moderna tecnologia, existem agroindústrias de conservas para exportação e um conjunto de perímetros irrigados de porte. Nessa região vem sendo incorporado um novo modo de exploração econômica aos sistemas produtivos das culturas tradicionais vigentes, orientado para a agroindústria e para a introdução da tecnologia de irrigação na produção de alimentos. Com efeito, ganham significado na sua base econômica as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva. A CODEVASF vem exercendo uma influência decisiva no processo de ocupação do espaço regional com a implantação de projetos de irrigação pública. Os investimentos realizados pela CODEVASF, em obras de infra-estrutura hídrica na região vêm atraindo empresários do sul do país para a instalação de projetos de irrigação, pois desembolsam apenas recursos nas inversões das parcelas ou lotes.

Para desenvolver o Médio São Francisco, deve-se contemplar iniciativas que contribuam para elevar os investimentos em agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas, a articulação do Médio e Baixo Médio São Francisco ao Oeste da Bahia com a implantação de uma infra-estrutura de transporte hidroviário e o desenvolvimento do turismo e da pesca.

As oportunidades existentes nessa região:

- Desenvolvimento da agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas em Bom Jesus da Lapa;
- Promoção do aproveitamento do fosfato em Campo Alegre de Lourdes;
- Produção de paralelepípedos;
- Implantação de unidades de classificação e beneficiamento de frutos em Bom Jesus

da Lapa (frutas, aspargos, etc.);

- Integração vertical na agricultura irrigada e pecuária semi-intensiva.

8.1.11 Região Baixo Médio São Francisco

Tem Juazeiro como seu principal pólo de desenvolvimento. Suas principais atividades econômicas dizem respeito à agricultura irrigada, ao comércio e aos serviços. As indústrias nela instaladas, especialmente na cidade de Juazeiro, são bastante incipientes. Foi a partir da implantação da barragem de Sobradinho que os maiores investimentos de porte baseados em tecnologia moderna foram atraídos para a região de Juazeiro.

Com efeito, ganham significado na sua base econômica as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva. A CODEVASF vem exercendo uma influência decisiva no processo de ocupação do espaço regional com a implantação de projetos de irrigação pública. Os investimentos realizados pela CODEVASF em obras de infra-estrutura hídrica na região vêm atraindo empresários do sul do país para a instalação de projetos de irrigação, pois desembolsam apenas recursos nas inversões das parcelas ou lotes.

É no Baixo Médio São Francisco que se localiza a região mais modernizada e diversificada de toda a Bahia na produção de frutas para exportação com base na irrigação. A articulação da agricultura irrigada com atividades agroindustriais poderá ser um fator para viabilizar novos investimentos na região e produzir amplos efeitos econômicos.

A localização de Juazeiro no trecho navegável do rio São Francisco que articula as regiões produtoras do Oeste, Médio e Baixo Médio São Francisco da Bahia pode favorecer a implantação de uma infra-estrutura de transporte hidroviário que, além de possibilitar maior integração entre essas regiões, contribuiria para o desenvolvimento do turismo. Por sua vez, o lago de Sobradinho poderia ser melhor utilizado tanto para o turismo quanto para a atividade pesqueira. Juazeiro se destaca, também, por estar na rota de mercadorias e serviços oriundos do Sudeste e de várias regiões da Bahia para o Nordeste, e vice-versa.

Para desenvolver essa região, deve-se contemplar, portanto, iniciativas que contribuam para elevar os investimentos em agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas, a articulação do Médio e Baixo Médio São Francisco ao Oeste da Bahia com a implantação de uma infra-estrutura de transporte hidroviário e o desenvolvimento do turismo e da pesca.

O oportunidades existentes nessa região:

- Desenvolvimento da agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas em Juazeiro e Sobradinho;
- Implantação de unidades de classificação e beneficiamento de frutos em Juazeiro e Sobradinho (fruticultura e horticultura);
- Promoção do aproveitamento do fosfato em Campo Alegre de Lourdes;
- Implantação de centrais de beneficiamento de calcário em Juazeiro;
- Produção de paralelepípedos;
- Promoção do geo-turismo no Lago de Sobradinho.
- Desenvolvimento da agricultura de sequeiro com tecnologia em Valente; e,
- Integração vertical na agricultura irrigada e pecuária semi-intensiva.

8.1.12 Região Nordeste

Paulo Afonso é seu principal pólo de desenvolvimento. Sua atividade econômica principal é a agropecuária e a produção de energia elétrica. Potencialmente, a região de Paulo Afonso pode explorar, do ponto de vista turístico, a vantagem de se encontrar em seu território o complexo hidrelétrico que vai de Paulo Afonso a Xingó. Essa região apresenta como seu principal problema a existência de déficit hídrico em algumas de suas áreas.

Potencialidades dessa região:

- Promoção do geoturismo das hidrelétricas de Paulo Afonso, Itaparica e Xingo;
- Produção de paralelepípedos.

8.1.13 Região Irecê

Essa região tem em Irecê seu pólo de desenvolvimento. Sua atividade econômica principal é a cultura do feijão de que é a maior produtora da Bahia. Recentemente, essa região vem incrementando a horticultura e a produção de frutas com sistemas produtivos modernos. Essa região praticamente não se articula com as demais do Semi-árido. Sua principal articulação é com a Macrorregião de Salvador. Sua proximidade com o vale do rio São Francisco tem contribuído para atrair novos investimentos em complexos agroindustriais como o projeto Codeverde. Na medida em que novos investimentos dessa natureza ocorram na área, o pólo de Irecê poderá se articular com os de Juazeiro no Baixo Médio São Francisco e Barreiras no Oeste.

Para se desenvolver, a Região Irecê deve ampliar suas articulações econômicas com o Médio, Baixo Médio São Francisco e o Oeste da Bahia, incrementar a produção de feijão e diversificar sua economia, ampliando a horticultura, a fruticultura e a cafeicultura com o uso de tecnologias modernas e promovendo investimentos na mineração.

Potencialidades dessa região:

- Aumento dos níveis de produção e de produtividade da cultura do feijão em Irecê;
- Promoção da exploração de zinco em Irecê;
- Produção de blocos, telhas, manilhas, cobogós, placas e outros artefatos de solo, cimento e argila;
- Desenvolvimento da agricultura de sequeiro com tecnologia em Irecê.

8.1.14 Região Chapada Diamantina

Tem a cidade de Seabra como seu pólo principal de desenvolvimento e Lençóis, como pólo potencial. Sua principal atividade econômica é a mineração e o turismo. Para se desenvolver, deve apoiar-se, portanto, nesses dois setores e, também, na agricultura irrigada e na agroindústria a ela associada em Rio de Contas.

Oportunidades dessa região:

- Desenvolvimento da agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas em Rio de Contas (hortícolas, olerícolas, feijão e milho);
- Implantação de unidades de classificação e beneficiamento de frutos em Rio de Contas;
- Integração vertical na agricultura irrigada em Rio de Contas;
- Desenvolvimento de atividades ligadas à lapidação, artesanato e comercialização de minerais na região;
- Promoção do geoturismo de monumentos naturais.
- Promoção do aproveitamento de diamantes do Alto Rio Santo Antônio em Lençóis e do manganês;
- Produção de paralelepípedo;
- Desenvolvimento da agricultura de sequeiro com tecnologia.

8.1.15 Região Recôncavo Sul

O Recôncavo Sul é uma das mais antigas regiões do Estado da Bahia que está a exigir uma efetiva ação governamental no sentido de integrá-la com efetividade ao processo de desenvolvimento do Estado. Suas principais cidades são Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Nazaré e Cruz das Almas. Não estão previstos novos investimentos nessa região. A sua proximidade com a RMS pode ser um fator alavancador de seu desenvolvimento.

8.2 FOCOS DINÂMICOS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO ESTADO DA BAHIA

Os focos dinâmicos da economia do Estado da Bahia são a Macrorregião de Salvador (Mapa 48), o Litoral, inclusive Salvador, e as regiões sob a influência de Juazeiro, Vitória da Conquista, Irecê, Guanambi e Barreiras.

Analisando os focos mais dinâmicos da economia baiana, chega-se às conclusões:

A Macrorregião de Salvador, que abrange os municípios de Salvador, Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas e Feira de Santana, concentra 90% da indústria de transformação da Bahia (setor químico, metalúrgico, produtos alimentares e outros) que, por sua vez, significa 25,1% do PIB estadual. Em se tratando dos fluxos comerciais é a região responsável por cerca de 90% das exportações para o Mercosul, considerando apenas os principais produtos e por cerca de 65% do total das exportações baianas. Além disso, é adensada pela presença de suporte comercial e de serviços para todo o Estado e até para outras regiões do Nordeste, cujo conjunto de atividades oferece cerca de 60% das vagas de trabalho no setor formal em todo o Estado.

A região denominada Litoral, que abrange o Litoral Norte, Litoral Sul e Extremo Sul e engloba, também, a Macrorregião de Salvador, é constituída de um *continuum* de subespaços com produções diferenciadas. Esse espaço, além das indústrias da Macrorregião de Salvador, contém toda a produção cacaueteira (Região Sul) que representa pouco mais de 2% do PIB baiano, a produção de papel e celulose (Região do Extremo Sul) e absorve mais de 75% do fluxo turístico do Estado (Região de Salvador, Porto Seguro e Ilhéus), ofertando 83% dos leitos em hotéis classificados e não-classificados. Dispõe de uma rede de infra-estrutura que não se assemelha à da Macrorregião de Salvador, como não podia deixar de ser. Entretanto está muito acima dos índices alcançados pelas outras regiões dinâmicas do Estado.

Todas as outras áreas dinâmicas da economia baiana têm suas produções calcadas em atividades ligadas à agricultura, embora com produção diversificada. Barreiras se destaca como a região de maior dinamismo agrícola da Bahia como a única a produzir soja, pela crescente pecuária bovina, além de produzir frutas diferenciadas. Vitória da Conquista se destaca pela produção cafeeira, pela pecuária bovina (Itapetinga) e olerícolas (Jaguaquara e Itiruçu). Irecê, sempre associada como a maior região produtora de feijão do Estado, amplia e diversifica para hortícolas e frutícolas, utilizando-se de processos produtivos modernos. Juazeiro emprega os processos produtivos mais modernos do Estado em termos da agroindústria, contém uma pauta diversificada de produção de frutas para exportação e, em menor escala, a produção de hortícolas. A região de Guanambi, especializada na produção de algodão e, vivendo hoje um período de crise, vem

buscando outras alternativas, inclusive a extração de urânio em Caetité.

O conjunto dessas áreas dinâmicas, afora o Litoral, apresenta índices de infraestrutura abaixo da média do Estado, exceto as regiões de Irecê, Guanambi e Vitória da Conquista, que alcançam esses valores em termos de rodovias pavimentadas e, no caso dessa última, em densidade telefônica. (PORTO e CARVALHO, 1996, p.200; 203-4)

Ressalte-se que

o conjunto das áreas dinâmicas da economia baiana concentra mais de 90% do Índice de Renda Municipal, ocupa uma área de apenas 30% do território, onde cerca de 60% da população habita, e é responsável por mais de 95% da arrecadação do ICMS estadual. É neste espaço, portanto, que se concentram as unidades de produção mais dinâmicas e competitivas do Estado, o que não exclui a possibilidade de outras unidades, com essas características, estarem situadas em outras áreas do território, ocorrendo, porém, de forma dispersa e com menor importância. (PORTO e CARVALHO, 1996, p. 197)

Vale mencionar que

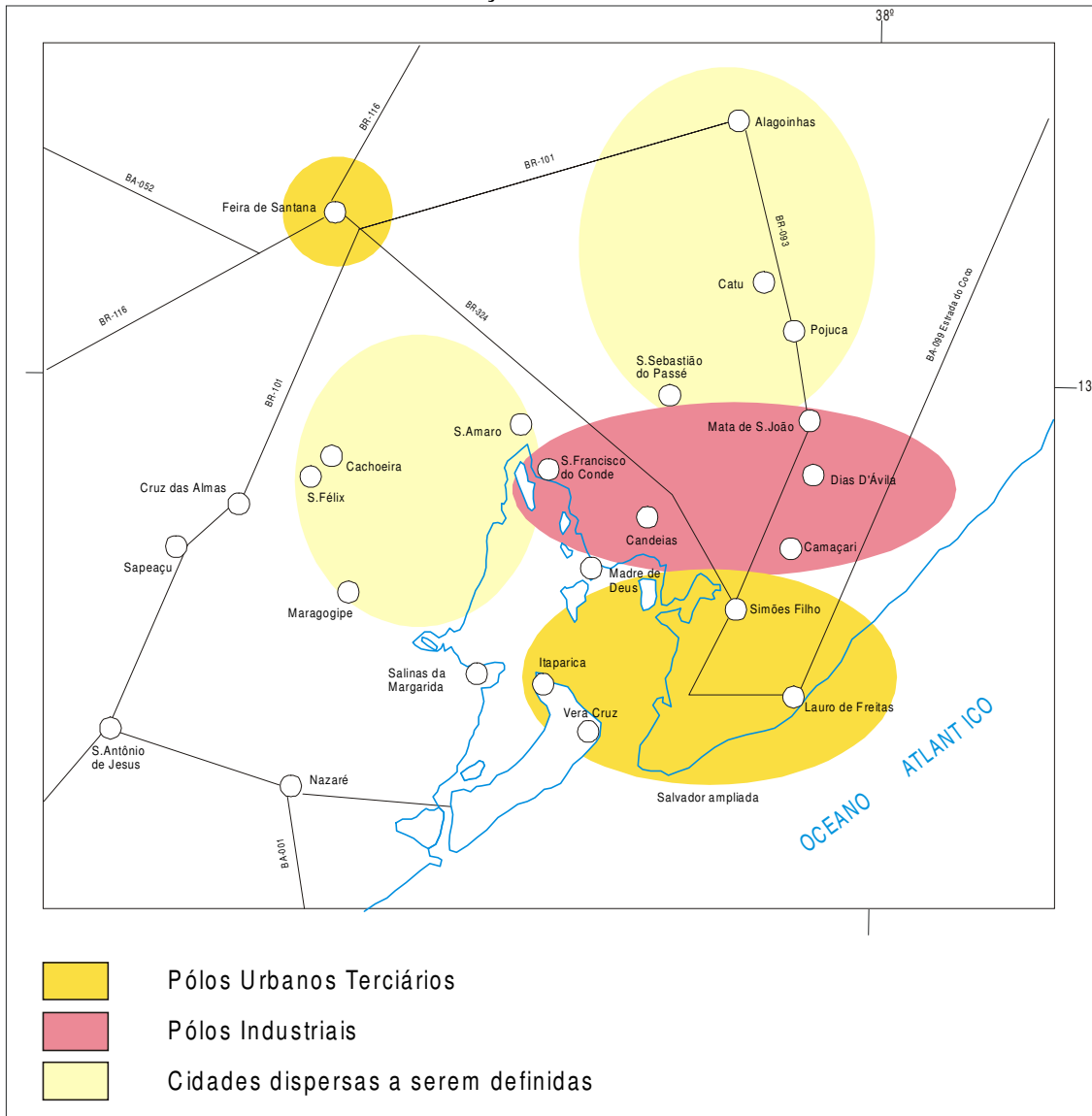
parece haver um processo de desconcentração dos investimentos industriais da Macrorregião de Salvador, que caminham em direção a outras áreas do Litoral, considerando-se que hoje somente os parques industriais dessa Macrorregião concentram cerca de 90% das indústrias do Estado. (PORTO e CARVALHO, 1996, p. 212)

A tese da desconcentração industrial é, entretanto, contestável se se levar em conta o fato de que os diversos empreendimentos localizados fora da Macrorregião de Salvador, entre eles os mega-projetos de papel e celulose implantados no Extremo Sul, foram ditados pela disponibilidade no local dos recursos naturais de que esses empreendimentos precisam.

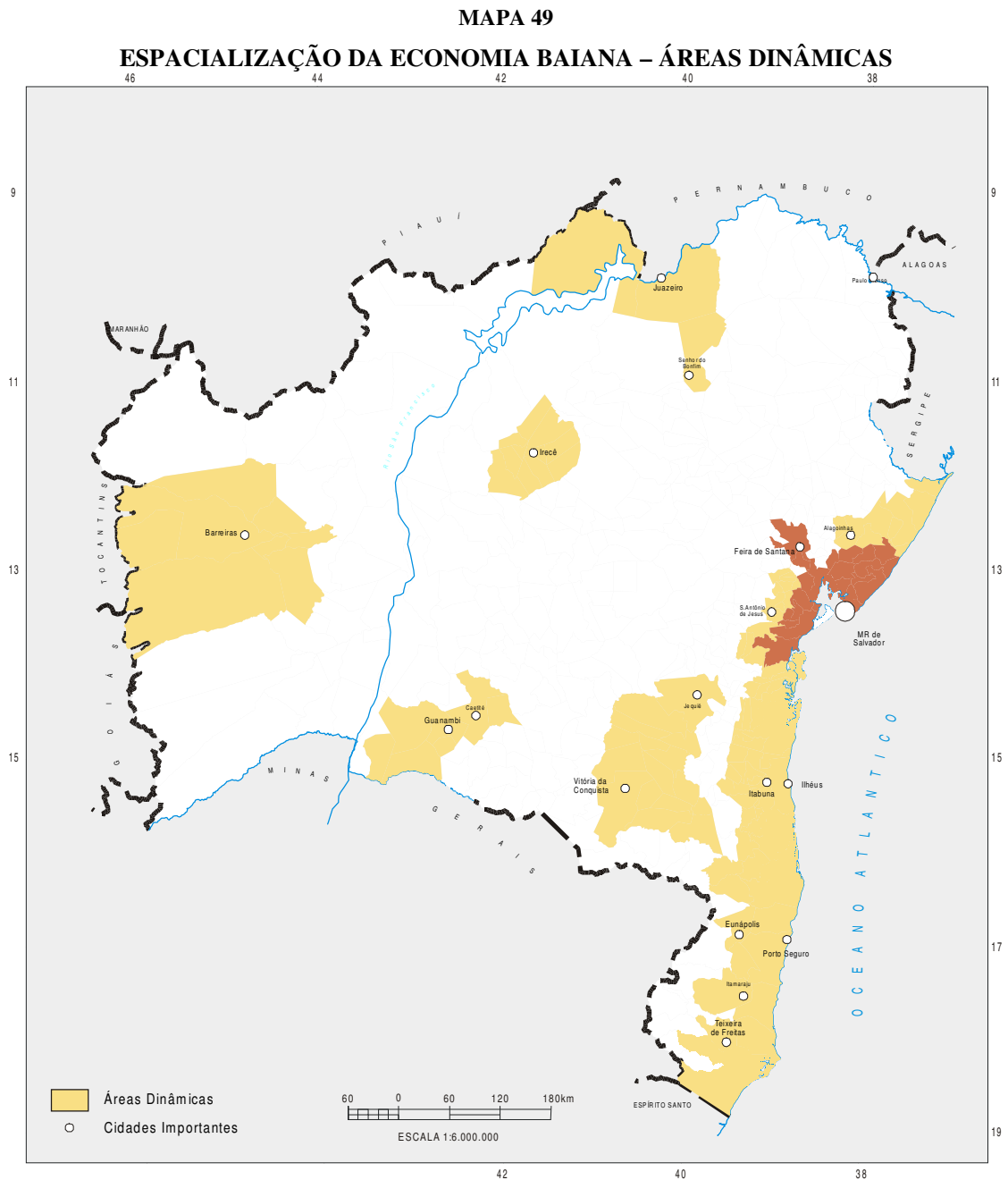
Os mapas 49, 50 e 51 apresentam respectivamente onde se localizam espacialmente as áreas dinâmicas da economia baiana, infra-estrutura rodo-ferroviária e infra-estrutura de energia elétrica existente no Estado da Bahia interligando seus focos dinâmicos. Uma análise mais acurada desses focos dinâmicos revela que, além de dispersas territorialmente, elas são especializadas.

Tudo indica que a Macrorregião de Salvador deverá concentrar ainda por muitos anos os investimentos, especialmente os industriais, em face de suas vantagens comparativas em relação a outras regiões do Estado. A expansão industrial da Região Metropolitana de Salvador ou da Macrorregião Salvador-Feira de Santana deverá continuar nos anos futuros porque obedece à lógica do aproveitamento das economias de aglomeração existentes, uma vez que o adensamento econômico dessa área ainda não atingiu seu ponto de saturação. Tal afirmativa é corroborada pelos investimentos aprovados por município no período 1992/1996 (Tabela 52) e os programados para ampliação e implantação industrial por região na Bahia no período 1997/2004 (tabelas 53 e 54).

MAPA 48
ESTADO DA BAHIA – SUBESPAÇOS DA MACRORREGIÃO DE SALVADOR

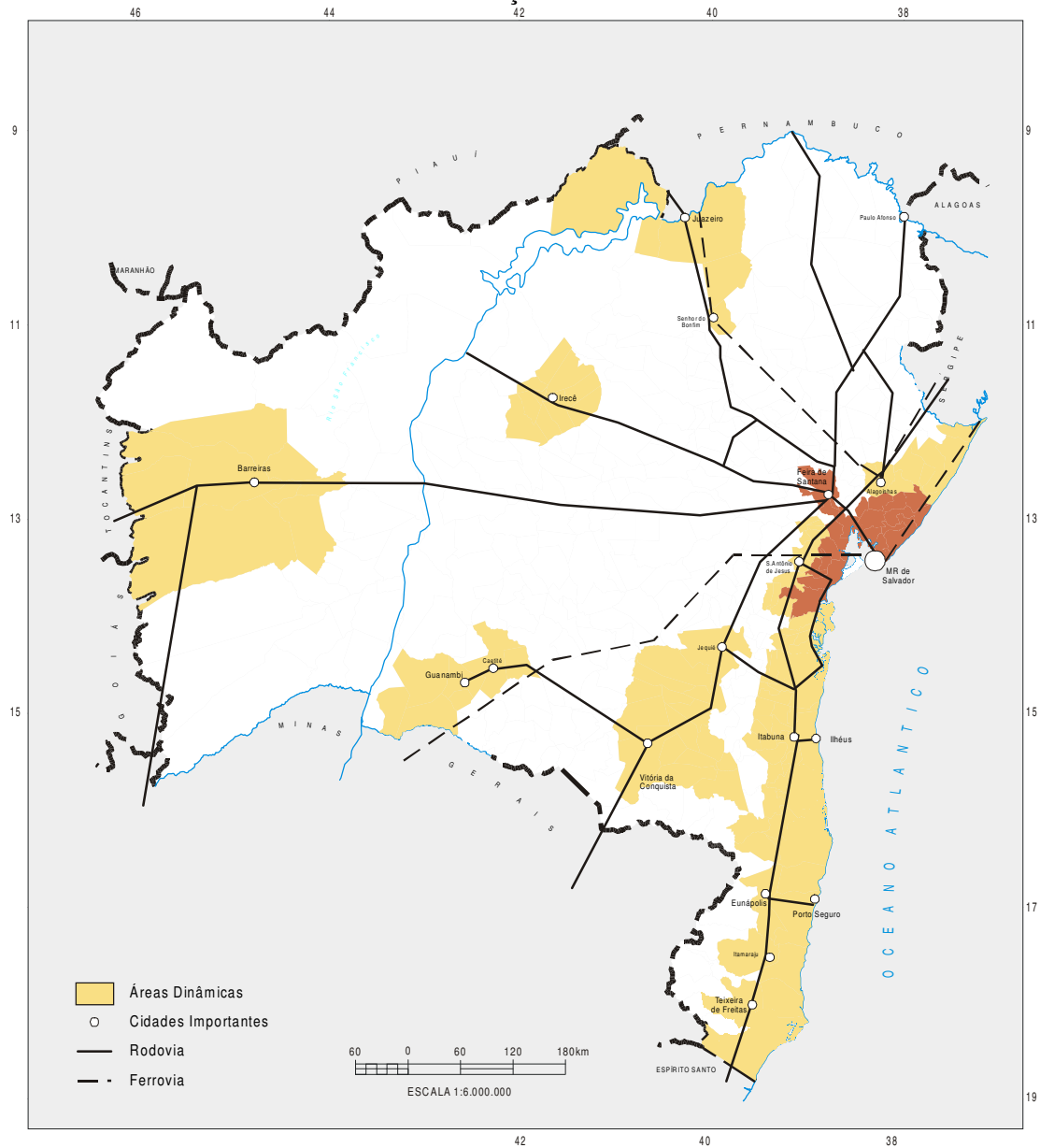


Fonte: Porto e Carvalho, 1996.

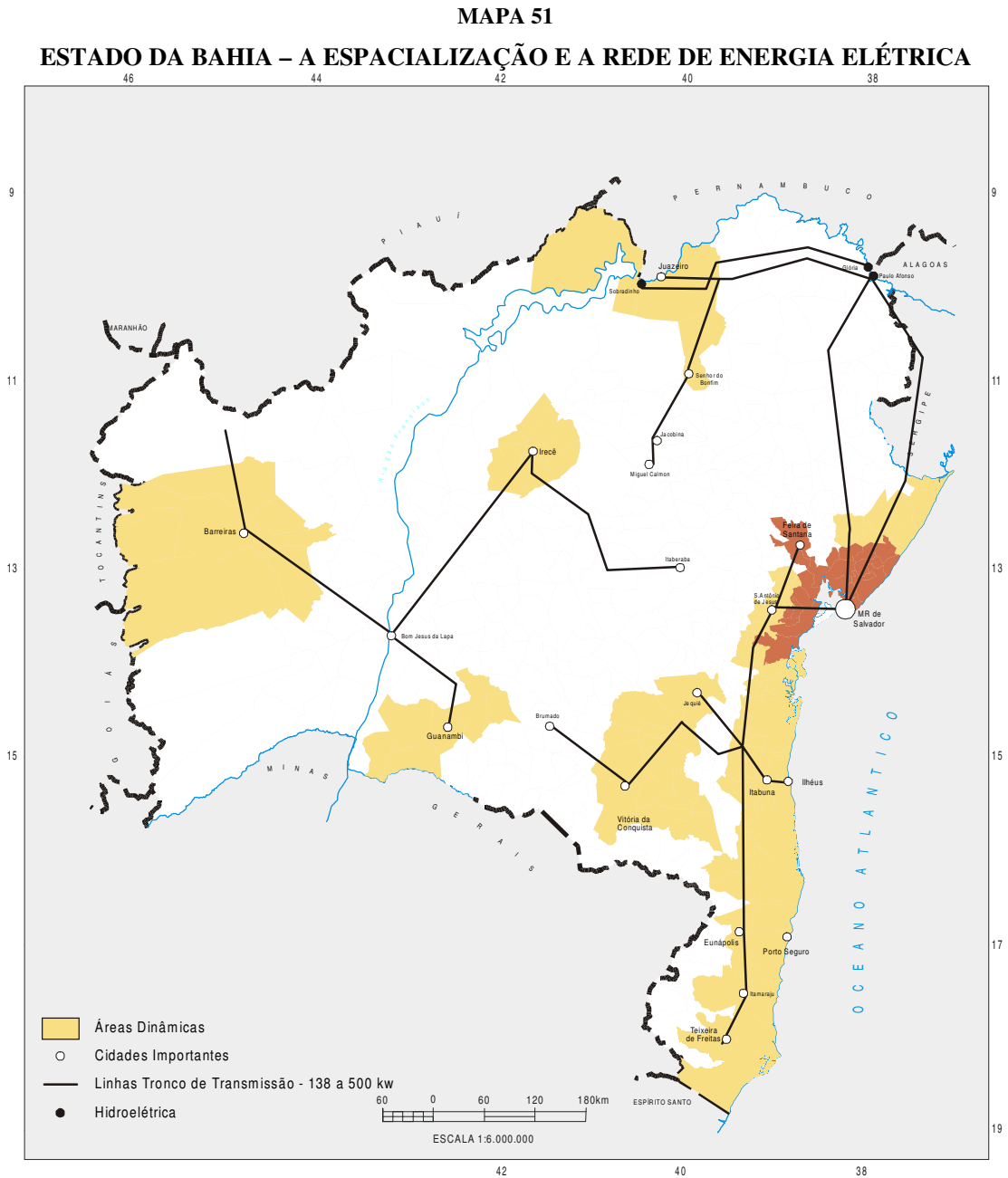


Fonte: Porto e Carvalho, 1996.

MAPA 50
ESTADO DA BAHIA – A ESPACIALIZAÇÃO E O SISTEMA RODO-FERROVIÁRIO



Fonte: Porto e Carvalho, 1996.



Fonte: Porto e Carvalho, 1996.

Os municípios da Macrorregião de Salvador (Salvador, Simões Filho, Camaçari, Feira de Santana e Lauro de Freitas) tiveram projetos aprovados que correspondem a 61,8% dos investimentos totais (Tabela 44). É importante destacar o fato de Barreiras gerar 30,9% dos novos empregos com apenas 6 projetos aprovados.

Tabela 44 – Projetos aprovados por município – Bahia – 1992/1996

Município	Número de Projetos	Empregos	Investimento (R\$1.000,00)
Salvador	31	1.511	117.648
Simões Filho	18	1.384	112.695
Camaçari	17	2.101	436.041
Feira de Santana	15	2.117	187.985
Ilhéus	7	507	42.383
Juazeiro	6	188	19.903
Barreiras	6	4.576	319.373
Vitória da Conquista	5	52	1.957
Lauro de Freitas	4	70	1.156
Porto Seguro	4	376	26.891
Teixeira de Freitas	3	151	6.756
Outros	39	1.566	110.917
Total	155	14.799	1.383.705

Fonte: Carneiro e Vieira, 1998.

A Tabela 45 que mostra os projetos de ampliação e implantação industrial por região previstos para o período 1997/2004, indica que a maior parte dos investimentos está concentrada na Região Metropolitana de Salvador e no Extremo Sul do Estado (87%).

Tabela 45 – Projetos industriais por Região – Bahia – 1997/2004

Regiões selecionadas	Valor (US\$ mil)	%
Metropolitana de Salvador	5.591.858	60,1
Extremo Sul	2.499.634	26,9
Paraguaçu	320.090	3,4
Oeste	255.972	2,8
Serra Geral	243.850	2,6
Litoral Norte	192.800	2,1
Sudoeste	70.000	0,8
Litoral Sul	46.745	0,5
Piemonte da Diamantina	46.646	0,5
Baixo Médio São Francisco	32.200	0,3
Nordeste	6.386	0,1
Outras	-	0,0
Total	9.306.181	100,0

Fonte: Uderman e Menezes, 1998.

Já a Tabela 46 mostra os projetos de implantação industrial por região e por segmento previstos para o período 1997/2004 e indica os segmentos capazes de influenciar na reconfiguração espacial da indústria da Bahia nos próximos anos.

Tabela 46 – Projetos de implantação industrial por segmento segundo a Região – Bahia – 1997/2004

Regiões selecionadas	Alimentos	Bebidas e Fumos	Calçados, Têxtil e Confecções	Complexo Madeireiro	Químico/Petroquímico
RMS	4,87	-	9,27	-	100,00
Extremo Sul	7,05	1,23	-	100,00	-
Paraguaçu	38,77	7,35	4,48	-	-
Oeste	47,71	-	-	-	-
Serra Geral	-	-	-	-	-
Litoral Norte	-	78,43	-	-	-
Sudoeste	-	-	82,37	-	-
Litoral Sul	0,19	0,74	-	-	-
Piemonte da Diamantina	-	-	-	-	-
Baixo Médio S. Francisco	1,40	12,25	-	-	-
Nordeste	-	-	3,88	-	-
Outras*	-	-	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	

Regiões selecionadas	Ativ. Mineral e Beneficiamento	Eletro-eletrônicos	Metal-Mecânico	Transformação Petroquímica
RMS	4,61	-	99,82	88,28
Extremo Sul	0,74	-	0,18	-
Paraguaçu	-	-	-	-
Oeste	-	-	-	-
Serra Geral	80,44	-	-	-
Litoral Norte	12,59	-	-	-
Sudoeste	-	-	-	-
Litoral Sul	-	100,00	-	11,72
Piemonte da Diamantina	1,61	-	-	-
Baixo Médio S. Francisco	-	-	-	-
Nordeste	-	-	-	-
Outras*	-	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Uderman e Menezes, 1998.

* Recôncavo Sul, Irecê, Chapada Diamantina e Médio São Francisco

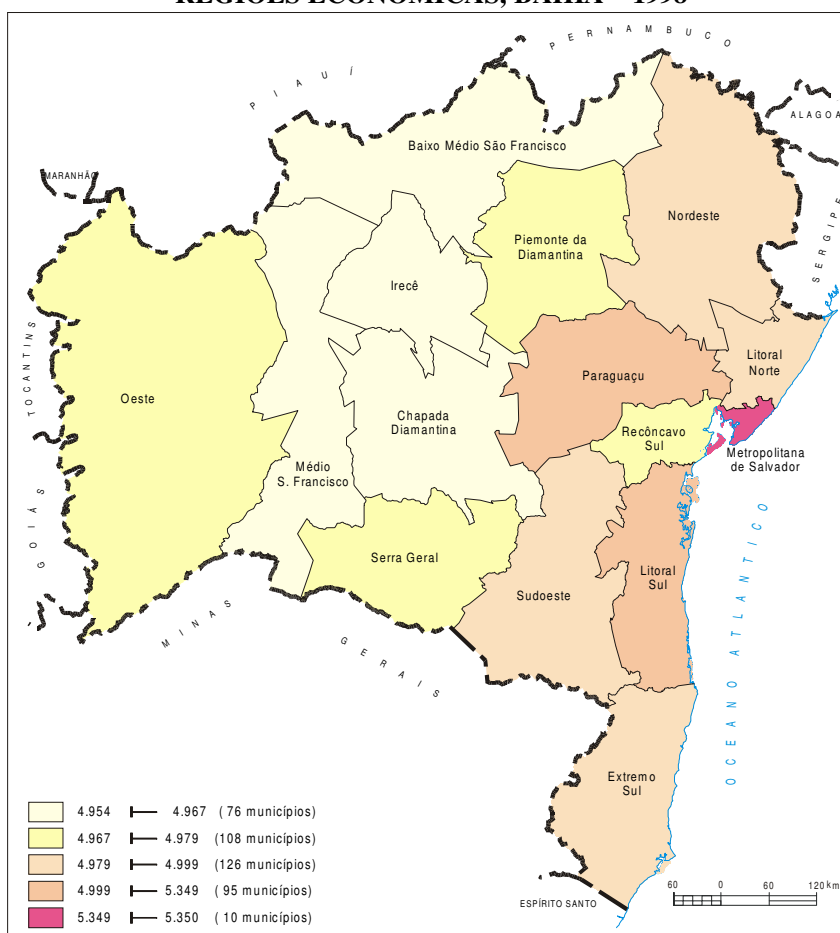
Os índices de desenvolvimento econômico de cada região econômica do Estado da Bahia em 1998 calculados, segundo critérios próprios, pela SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia são visualizados no Mapa 52. A tabela 47 revela que, no ano de 1998, apenas 44 dos 415 municípios existentes (10,6%) encontram-se acima da média estadual no IDE — Índice de Desenvolvimento Econômico. Esses dados representam um alto grau de assimetria ou concentração daquilo que é conceituado pela SEI como desenvolvimento econômico, e onde 89,4% dos municípios encontram-se abaixo da média estadual.

Tabela 47 – Faixas de IDE por municípios –Bahia – 1998

Faixas de IDE	Quantidade de municípios	
	Absoluto	Relativo (%)
4.987 a 4.989	196	47,23
4.990 a 4.999	174	41,93
5.000 (média do Estado)	3	0,72
5.001 a 5.018	19	4,58
5.020 a 5.044	11	2,65
5.051 a 5.085	7	1,69
5.116 a 5.416	4	0,96
6.694	1	0,24
Total	415	100,00

Fonte: SEI.

MAPA 52
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SEGUNDO AS
REGIÕES ECONÔMICAS, BAHIA – 1998



Fonte: SEI.

Na posição média (índice 5000) encontram-se os municípios de Conceição do Coité e Nova Viçosa. A mesma concentração se verifica em termos regionais na Região Metropolitana e no Paraguaçu, cujos índices encontram-se acima da média estadual. Quanto ao Produto Municipal, a RMS é responsável por 46,7% do PIB do Estado e somente Salvador gera 47,9% da renda da região.

O Índice de Desenvolvimento Econômico é definido pela SEI como resultante dos níveis de infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra existentes e da renda gerada localmente. Assim, na construção do IDE estão incluídos os seguintes índices:

INF — Índice de Infra-estrutura, que considera um conjunto de informações quantitativas sobre a infra-estrutura do município em termos de terminais telefônicos em serviço, consumo de energia elétrica e quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços.

IQM — Índice de Qualificação da Mão-de-obra, que considera o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal.

IPM — Índice do Produto Municipal, que considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

Para a elaboração desses cálculos e, conseqüentemente a construção desses Índices, a SEI utilizou o método dos escores padronizados, por se tratar de um método que permite a comparação dos indicadores entre si e em relação à média estadual e por permitir um acompanhamento da evolução do comportamento de cada indicador, através dos anos, para cada um dos municípios. Segundo esse método, os municípios foram classificados em ordem decrescente em cada Índice, obtido através da média geométrica dos escores padronizados de cada um deles. Assim, o IDE é definido pela expressão $IDE^3 = INF - IQM - IPM$.

A análise dos índices de desenvolvimento econômico por região econômica do Estado da Bahia indicados no Mapa 52 permite constatar a existência da seguinte hierarquia entre as regiões em termos de desenvolvimento econômico:

- 1 – Região Metropolitana de Salvador
- 2 – Paraguaçu, Litoral Sul
- 3 – Litoral Norte, Sudoeste, Extremo Sul e Nordeste
- 4 – Recôncavo Sul, Piemonte da Diamantina, Oeste e Serra Geral
- 5 – Médio São Francisco, Baixo Médio São Francisco, Irecê e Chapada Diamantina

Os índices de desenvolvimento econômico mostram que os focos dinâmicos da economia baiana em Barreiras, Juazeiro e Irecê não foram suficientes para colocar suas respectivas regiões (Oeste, Baixo Médio São Francisco e Irecê, respectivamente) em um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico. Os focos dinâmicos da economia baiana em Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna-Ilhéus, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista colaboraram certamente para o desempenho mais favorável de suas respectivas regiões (RMS, Paraguaçu, Litoral Norte, Litoral Sul e Sudoeste) no confronto com as demais.

Baseado nos índices de desenvolvimento econômico pode-se extrair a conclusão de que os focos dinâmicos em algumas regiões estão contribuindo para o processo de acumulação de capital e conseqüentemente para seu desenvolvimento econômico. Cada um dos focos dinâmicos da economia do Estado da Bahia (Macrorregião de Salvador, Litoral, inclusive

Salvador, Juazeiro, Vitória da Conquista, Irecê, Guanambi e Barreiras) tem diferentes causas responsáveis por seu desenvolvimento.

A Macrorregião de Salvador alcançou elevado nível de desenvolvimento graças às políticas de desenvolvimento postas em prática pelo governo federal e pelo governo estadual das décadas de 50 a 70 que privilegiaram os investimentos na refinaria de Mataripe em São Francisco do Conde, o Centro Industrial de Aratu em Simões Filho e a indústria petroquímica em Camaçari, os quais beneficiaram Salvador e a RMS no seu conjunto.

O crescimento da RMS ocorrido nas últimas três décadas no bojo do processo de industrialização e urbanização aconteceu simultaneamente com o crescimento de Feira de Santana que, além de ser um ponto de passagem obrigatória no intercâmbio comercial Sudeste/Nordeste e porta de entrada de Salvador, também se industrializou.

O crescimento simultâneo da RMS e de Feira de Santana fez com que ambas as regiões sob a influência de Salvador e Feira de Santana se integrassem economicamente, passando a constituir a Macrorregião de Salvador. A existência de uma estrutura industrial de grande porte e de uma infra-estrutura econômica e social superior à das demais regiões da Bahia faz com que a maior parte dos investimentos programados para o Estado da Bahia nos próximos anos se destine a essa região.

O Litoral Norte e o Litoral Sul do Estado da Bahia são focos dinâmicos de desenvolvimento que têm como principais atividades econômicas o turismo em toda sua extensão e a produção de celulose em Mucuri no Extremo Sul do Estado da Bahia. O papel do governo federal foi fundamental no desenvolvimento do Litoral Sul com a construção da rodovia BR-101 e com a modernização do Aeroporto de Ilhéus. O governo do Estado da Bahia teve destacado papel no incentivo aos investimentos turísticos no Litoral Sul e na construção e modernização do aeroporto de Porto Seguro.

A infra-estrutura implantada no Litoral Sul criou as condições para a atração de investidores no setor de turismo. Os investimentos realizados, na região, na indústria de celulose se deveu à existência da infra-estrutura de transporte implantada, aos incentivos fiscais oferecidos e à disponibilidade de recursos naturais (madeira) existentes na região. A expansão do turismo no Litoral Norte é recente, sobretudo a partir da implantação da rodovia Linha Verde pelo governo do Estado da Bahia.

Considera Baiardi (1992) que o Pólo Juazeiro-Petrolina vem se caracterizando como a área mais dinâmica da agricultura irrigada no Nordeste do Brasil no qual convivem vários sistemas

de produção, de agricultura irrigada de porte empresarial até a familiar de subsistência, em sequeiro. O papel do governo federal no desenvolvimento da agricultura irrigada no Pólo Juazeiro-Petrolina a partir de 1967 foi fundamental, seja através de investimentos na grande irrigação pública e privada, seja através do apoio à pequena irrigação. No caso da grande irrigação pública, a construção de obras de engenharia e das obras complementares ficava a cargo do governo através da CODEVASF e o cultivo sob a responsabilidade dos parceiros selecionados pelo Estado.

No caso da grande irrigação privada, houve investimentos públicos nas obras de engenharia operadas mediante pagamentos de empresários ou investimentos privados com ou sem incentivos governamentais. A implantação da infra-estrutura de transporte pelo governo federal e pelo governo do Estado da Bahia e a construção da barragem de Sobradinho pela CHESF alavancaram ainda mais o desenvolvimento da região sob a influência de Juazeiro. Outro fator não menos relevante na contribuição ao desenvolvimento econômico da região é o fato de Juazeiro ser, tanto quanto Vitória da Conquista e Feira de Santana, um dos pontos principais de passagem de bens e serviços do Sudeste para o Nordeste e vice-versa.

A região sob a influência de Vitória da Conquista se desenvolveu graças à cafeicultura, a indústria de transformação, o comércio e os serviços. A cidade de Vitória da Conquista concentra a maior parte dos investimentos gerados na região, exercendo um importante papel de centro regional, industrial, comercial e de serviços. Ela se localiza estrategicamente ao longo da rodovia BR-116 implantada pelo governo federal na década de 50, por onde trafega grande parte de mercadorias que circulam entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil.

A localização estratégica de Vitória da Conquista criou as condições para que surgissem empreendedores que passaram a investir na cafeicultura e implantaram indústrias de transformação voltadas para o atendimento de mercados local e regional apoiadas com incentivos fiscais. A infra-estrutura do distrito industrial implantada pelo governo estadual deu grande contribuição ao desenvolvimento da região sob a influência de Vitória da Conquista.

A região de Irecê tem como atividade econômica principal a cultura do feijão de que é a maior produtora da Bahia. Recentemente, essa região vem incrementando a horticultura e a produção de frutas com sistemas produtivos modernos. Essa região apresenta, no entanto, fragilidades devido aos problemas de escassez de recursos hídricos que, em alguns anos, tem comprometido a produção de feijão.

A proximidade da região de Irecê com o vale do rio São Francisco tem contribuído para atrair

novos investimentos em complexos agroindustriais como é o caso do projeto Codeverde. Os avanços econômicos dessa região estão bastante relacionados com os investimentos em infraestrutura de transportes realizada pelo governo do Estado da Bahia, interligando-a com Feira de Santana/ Salvador e, também com Xique-Xique no vale do rio São Francisco.

A região sob a influência de Guanambi tem sua agricultura baseada fundamentalmente no algodão e sua principal atividade é a mineração (magnesita em Brumado, garimpos de ametista em Caetitê e Licínio de Almeida e extração de urânio em Lagoa Real). Hoje, Guanambi é o principal pólo de desenvolvimento da região. Quase todos os investimentos previstos para ela destinam-se ao segmento mineral. Da mesma forma que Irecê, os avanços econômicos dessa região estão bastante relacionados com os investimentos em infra-estrutura de transportes realizados pelo governo do Estado da Bahia.

O foco dinâmico da economia baiana sob a influência de Barreiras é um dos mais promissores do Estado da Bahia. A partir do final da década de 70, com o grande fluxo de agricultores de regiões mais desenvolvidas do país, as práticas tradicionais das culturas de subsistência começaram a ser substituídas por atividades produtivas mais dinâmicas e mais exigentes em termos tecnológicos e gerenciais, destacando-se a pecuária bovina baseada em pastos cultivados e manejo mais racional dos rebanhos, os reflorestamentos apoiados por incentivos fiscais, a implantação de projetos agroindustriais e o início do cultivo da soja na área do cerrado.

A fase mais dinâmica de reestruturação da economia da Região Oeste sob a influência de Barreiras, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, se desenrolou sem a participação do governo do Estado da Bahia e sob o comando de grupos de fora, sobretudo do Rio Grande do Sul, que chegaram à Região e difundiram relações sociais, técnicas de produção e de circulação tipicamente capitalistas, alterando o cenário socioeconômico existente.

Esse processo, centrado principalmente na produção comercial, foi praticado sob consideráveis inversões privadas e padrões tecnológicos e organizacionais inteiramente novos para a Região Oeste, onde o uso de modernos insumos agrícolas e de práticas de irrigação implicava numa intensa utilização de capital e tecnologia, baixo uso de mão de obra permanente e redução progressiva de mão de obra sazonal, na medida em que avançava a mecanização da lavoura.

A introdução da produção de soja no cerrado propiciou a integração da região na divisão inter-regional de expansão da agricultura nacional, estabelecendo laços econômicos com a rede de comercialização dos produtos, insumos e máquinas, criando novas relações sociais

nos fluxos migratórios macrorregionais e nacionais. Também a CODEVASF exerceu importante papel na introdução da tecnologia de irrigação na região dos cerrados através do perímetro de irrigação São Desidério/Barreiras Sul.

As potencialidades econômicas e naturais da Região Oeste têm atraído investimentos empresarias, principalmente na instalação de projetos de irrigação, no desenvolvimento de uma pecuária em escala econômica e na produção de grãos, apoiados na estrutura agroindustrial das cooperativas, que permite alcançar os mercados externos. Conquanto a Região Oeste seja deficiente em infra-estrutura econômica e social, os empreendimentos são pioneiros, audaciosos e inovadores.

O otimismo domina a Região Oeste, que já é a mais moderna e desenvolvida da Bahia na agricultura. O efeito desse progresso se materializa no grande número de núcleos urbanos surgidos nos últimos 20 anos e que se diferenciam qualitativamente dos antigos povoados da Região Oeste e vêm definir uma nova dinâmica da rede urbana regional. Na Sub-região dos Cerrados, Barreiras reafirma-se como pólo regional, seguido por Correntina e Formosa do Rio Preto, e como novos núcleos populacionais destacam-se Mimoso do Oeste, Rosário, Roda Velha e Balsas.

8.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DA BAHIA

O Estado da Bahia apresenta três grandes problemas do ponto de vista do desenvolvimento regional:

- 1 – Concentração econômica excessiva na RMS — Região Metropolitana de Salvador
- 2 – Regressão no desenvolvimento da Região cacauzeira da Bahia
- 3 – Subdesenvolvimento da Região Semiárida da Bahia

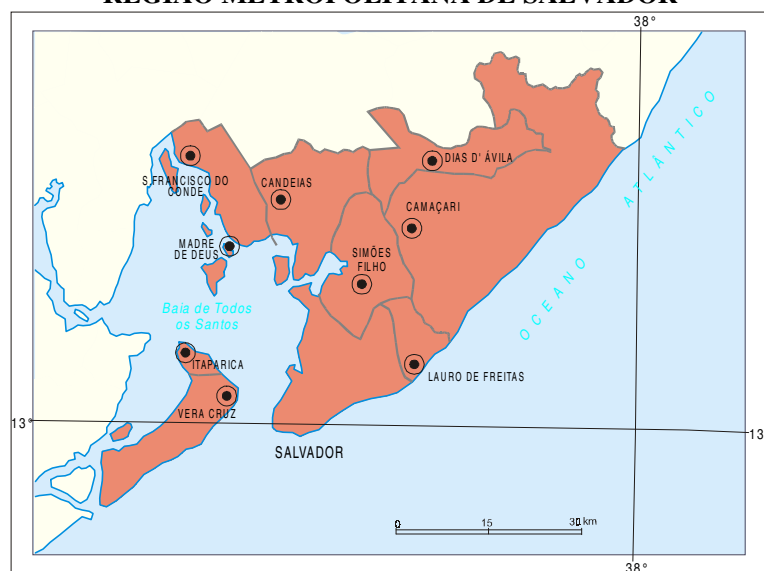
8.3.1 Concentração econômica excessiva do Estado da Bahia na RMS

Além de ser o principal foco dinâmico de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia, a RMS — Região Metropolitana de Salvador é também uma área problema porque vem contribuindo para aumentar as disparidades regionais do Estado da Bahia com a enorme capacidade que possui de atrair investimentos.

A RMS — Região Metropolitana de Salvador concentra 70% da indústria de transformação da Bahia e é responsável por 35 a 40% do PIB estadual. Em se tratando dos fluxos comerciais é a região responsável por cerca de 80% das exportações para o Mercosul, considerando apenas os principais produtos e por cerca de 60% do total das exportações baianas. Além disso, é adensada pela presença de suporte comercial e de serviços para todo o Estado e até para outras regiões do Nordeste, cujo conjunto de atividades oferece cerca de 60% das vagas de trabalho no setor formal em todo o Estado.

O Mapa 53 mostra a localização da RMS — Região Metropolitana de Salvador e de seus respectivos municípios e o Mapa 39 (Capítulo 6 item 6.6.2) indica que a maior parte das indústrias do Estado da Bahia está concentrada na RMS, sobretudo em Salvador e Camaçari, e em Feira de Santana. A análise do Mapa 54 permite constatar que, apesar da maior dispersão em comparação com as indústrias, existe grande concentração dos estabelecimentos comerciais do Estado na RMS, especialmente em Salvador, e em Feira de Santana. O Mapa 55, por sua vez, mostra a distribuição das agências bancárias no Estado da Bahia indicando que a maior concentração se encontra também na RMS, principalmente em Salvador, e em Feira de Santana.

MAPA 53
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR



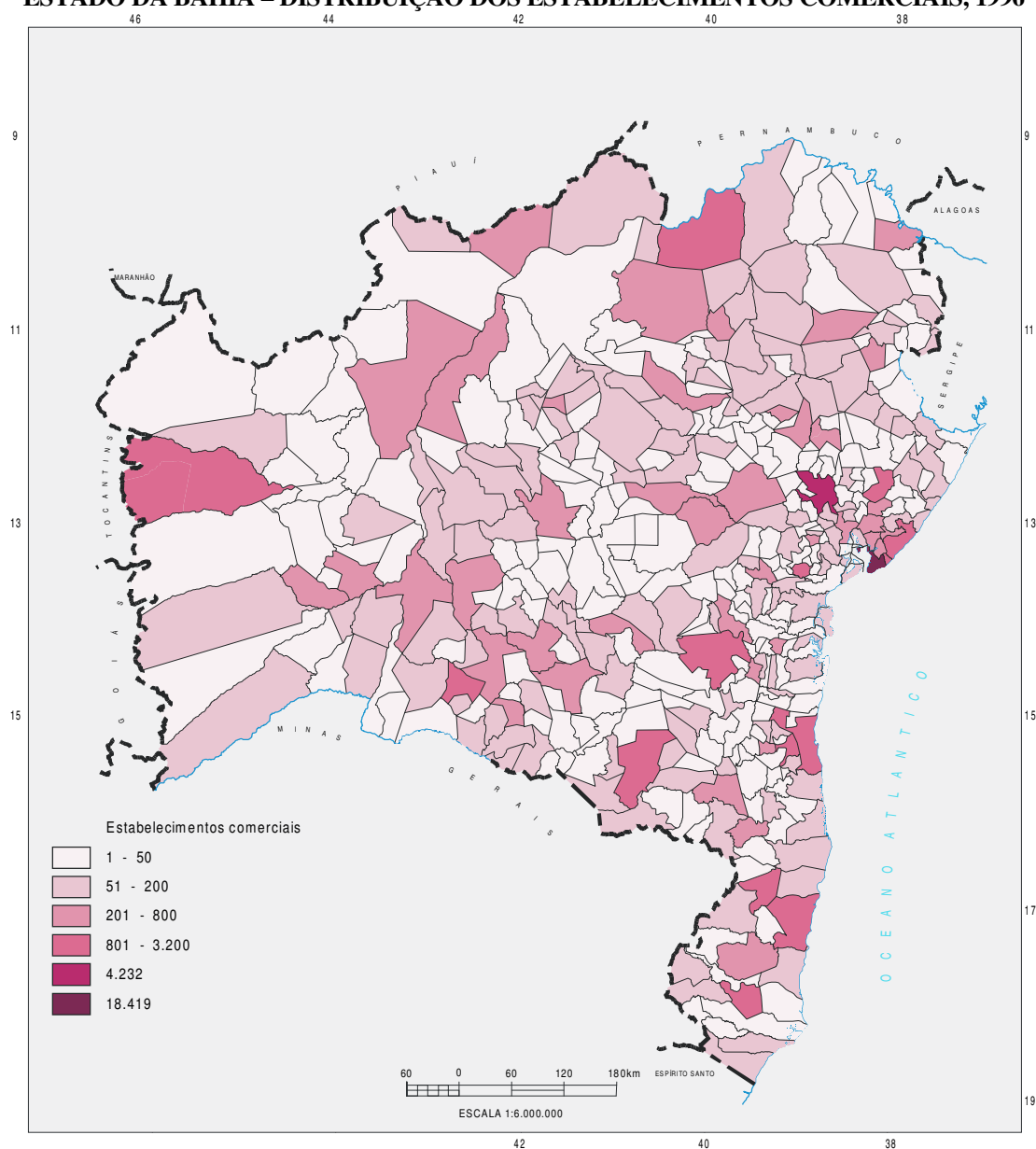
Fonte: SEI.

A excessiva concentração econômica do Estado da Bahia na RMS é demonstrada também analisando-se indicadores como o de renda média por família em cada município, arrecadação municipal *per capita* e participação de cada município no PIB estadual. Conforme está apresentado no capítulo 7, apenas 43 municípios do Estado da Bahia no universo de 415 têm

renda média superior a R\$ 200/família e que apenas um (Salvador na RMS) apresenta renda superior a R\$ 500/ família. Apenas 21 municípios no universo de 415 apresentam arrecadação *per capita* superior a R\$ 20/ habitante e que apenas um (São Francisco do Conde na RMS) supera R\$ 120/ habitante. Além disso, apenas três municípios têm uma participação no PIB estadual superior a 5% e que somente um (Salvador na RMS) tem uma participação entre 35 e 40% do PIB estadual. Esses indicadores demonstram que as disparidades regionais no Estado da Bahia são gigantescas e que a concentração econômica na RMS é excessiva.

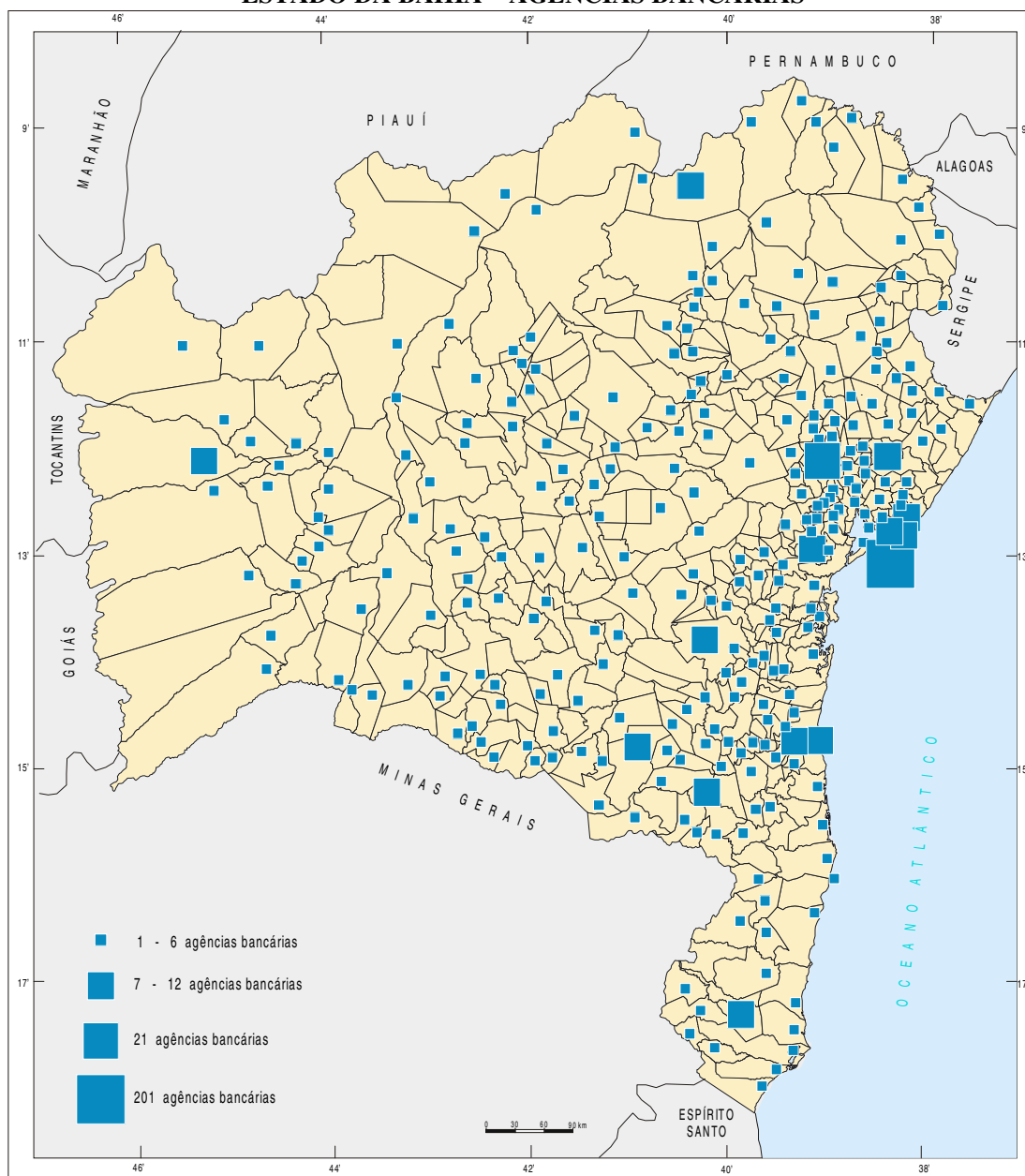
MAPA 54

ESTADO DA BAHIA – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, 1996



Fonte: Silva et al., 2000.

MAPA 55
ESTADO DA BAHIA – AGÊNCIAS BANCÁRIAS



Fonte: Silva et al., 2000.

Cabe observar que os municípios de Salvador, São Francisco do Conde, Camaçari e Simões Filho na RMS e Feira de Santana conseguiram arrecadar, no mês de dezembro de 2001, R\$ 210.149.711,17 em impostos e tributos estaduais. A maior parte da arrecadação foi de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias), representando, no total, quase 60% de tudo o que a Bahia conseguiu arrecadar de recursos próprios no final de 2001, que foi de R\$ 382.386.027,14. Ressalte-se que os municípios de São Francisco do Conde, Camaçari e Simões Filho, apesar da grande arrecadação de impostos que obtêm, não os revertem em

benefícios para suas comunidades. A força das oligarquias que dominam a economia e a política locais e a fraqueza da Sociedade Civil organizada e dos partidos políticos progressistas impedem que haja reversão desse quadro.

Os R\$ 172.236.315,97 que sobraram foram divididos entre os 412 municípios restantes, sendo que, desses, 16 localidades não conseguiram, juntas, arrecadar mais do que R\$ 10 mil. A concentração de renda faz com que a quase totalidade dos municípios baianos sobreviva unicamente com os recursos transferidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que destina 25% da renda a que a Bahia tem direito, dos recursos globais, incluindo as transferências da União, para serem rateados entre os municípios. Juntos, os 16 municípios mais pobres arrecadaram, em impostos próprios, apenas R\$ 8.312,43, o equivalente a menos de 0,3% do que os cinco mais ricos conseguiram arrecadar no período.

Não existem dúvidas de que a concentração econômica espacial é inerente ao capitalismo. Os capítulos 2, 4, 5 e 7 demonstram que essa afirmativa é verdadeira no plano mundial, no Brasil e no Estado da Bahia. A concentração econômica na RMS resulta da enorme superioridade dessa região na atração de investimentos em relação às demais regiões da Bahia devido às economias de escala e de aglomeração que lá se obtém, mas é o produto, também, da falta de eficazes políticas do governo do Estado na promoção da desconcentração econômica da Bahia. O governo do Estado teria revertido essa situação se tivesse adotado políticas apropriadas que contribuíssem no sentido de perseguir o desenvolvimento econômico e social para todas as regiões da Bahia e, em consequência, evitasse que o restante do território se caracterizasse pela pobreza como ocorre no Estado da Bahia.

O governo do Estado da Bahia não atuou com efetividade na promoção do desenvolvimento econômico local como instrumento de expansão das atividades produtivas e de redução dos desequilíbrios regionais. O desenvolvimento econômico endógeno ou local deveria ter sido disseminado por todo o Estado da Bahia com a ampliação do estoque de capital social nas comunidades, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de parcerias na solução colaborativa de problemas comuns e promovendo a participação e abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais, bem como se apoiando na criação de redes de micros, pequenas e médias empresas, de acordo com o exposto no capítulo 3.

Além de incentivar o desenvolvimento econômico endógeno ou local, o governo do Estado da Bahia deveria ter fortalecido os demais pólos de desenvolvimento implementando, ações isoladas ou articuladas com o governo federal visando a realização de investimentos em infra-

estrutura econômica e social e a atração de investimentos externos diretos com o objetivo de levar o progresso econômico e social para todas as localidades do Estado da Bahia e contribuir para a redução de suas desigualdades regionais.

Diante do fato de existir um flagrante desequilíbrio entre a RMS e as demais regiões do Estado da Bahia, o governo estadual deveria ter envidado esforços no sentido de fazer com que os demais centros regionais (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi, Irecê, Jequié, Itapetinga, Brumado, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim, Serrinha, Seabra e Paulo Afonso) se transformassem, também, em pólos de crescimento e de desenvolvimento. A existência de vários pólos de desenvolvimento ligados, uns aos outros, por estradas e ocupando todos uma área dinâmica repercutiria fortemente sobre todas as atividades econômicas regionais e formariam aquilo que pode ser denominado de zonas ou eixos de desenvolvimento.

8.3.2 Regressão do desenvolvimento da região cacauera da Bahia

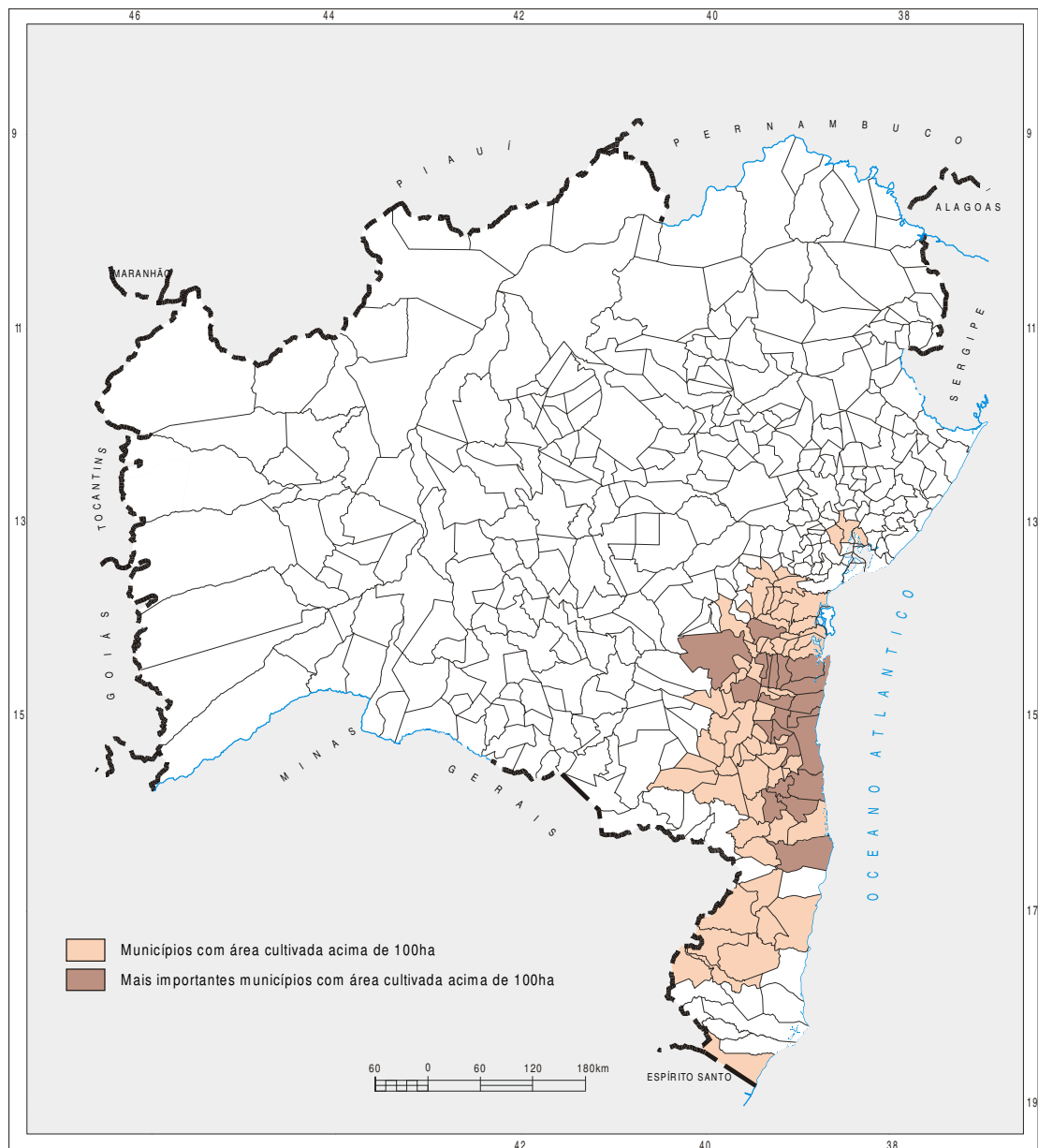
O cacau foi introduzido no sul da Bahia em 1746. A cultura do cacau se desenvolveu no Brasil acentuadamente no início do Século XX, tornando-se a principal atividade agrícola do Estado da Bahia, responsável por cerca de 80% da produção. No Estado da Bahia, a produção se concentrou na região sul (Mapa 56), caracterizando-se como uma monocultura voltada para exportação. A cacauicultura é a principal fonte de renda da região, envolvendo em 1995 cerca de 200 mil trabalhadores e 25 mil propriedades, e era responsável pela manutenção do solo e da Mata Atlântica.

Após a primeira grande crise enfrentada pela cacauicultura nacional, o governo criou, em 20 de fevereiro de 1957, a CEPLAC — Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera. O objetivo era restabelecer o equilíbrio financeiro da economia cacauera e recuperar a lavoura através da modernização dos métodos de produção e renovação de cacauais.

Apesar das ações da CEPLAC, ao longo de todo esse período, não foram adotadas medidas para atingir uma modernização da cultura de forma a elevar a produtividade sistematicamente e a avançar na direção de um desenvolvimento auto-sustentado, livre de crises internacionais. Isso se deve principalmente ao tradicionalismo dos cacauicultores e a sua resistência ao cooperativismo que seria uma forma de obter melhorias na cultura e nas condições de negociação da produção.

O cacau era responsável em 1995 por mais de US\$100 milhões de receita cambial, representando menos de 1% da pauta de exportações brasileiras. O valor absoluto é ainda expressivo, apesar de estar longe dos valores atingidos no passado, como no ano de 1979, quando chegou, em valores atualizados, a quase US\$ 2 bilhões. A receita oriunda do cacau já representou cerca de 35% das exportações nordestinas e quase 80% das baianas na metade da década de 70.

MAPA 56
ESTADO DA BAHIA – CACAU – 1995–1996



Fonte: Silva, 2000.

Atualmente, apesar de ter perdido importância na pauta de exportações brasileiras e mesmo baianas (15% do total das exportações desse estado), o complexo do cacau (produção, comercialização e industrialização) tem grande importância social, econômica e ambiental para a região sul da Bahia e pode voltar a ter maior participação absoluta e relativa nas exportações do estado e do país, desde que as causas da crise por que passa a cultura sejam sanadas.

De acordo com a OICC — International Cocoa Agreement Organization—Organização Internacional do Cacau, a cacauicultura brasileira é a segunda em tecnologia, atrás apenas da Malásia. Os altos custos do cacau brasileiro são derivados do envelhecimento dos cacauais, dos custos de transporte e, mais recentemente, das doenças que se espalharam com o relativo abandono dos tratamentos da cultura. Consta que o cacau brasileiro tem maior custo que o africano e indonésio, equivalendo-se ao malaio. O país tido como o mais competitivo, desde que resolva seu problema quanto à qualidade, é a Indonésia, que tem baixíssimos custos com mão-de-obra e cacauais muito jovens.

O cacau é comercializado tanto em sua forma *in natura* (amêndoas) como na forma de derivados (liquor, manteiga, cacau em pó e torta). Sua importância advém do fato de ser insumo essencial da crescente indústria chocolateira. A amêndoa do cacau é um produto que não pode ser estocado pelos produtores por ser bastante perecível. Assim, seu mercado sofre, por ocasião da safra, de um excesso de oferta e decorrente queda de preços. Somente após o processamento pode-se estocar. Por isso é tão importante que os produtores tenham unidades processadoras, eliminando a necessidade de venda imediata do cacau após a colheita. A fragilidade da economia cacauífera é agravada por sua estrutura de mercado.

Brasil, África (Gana e Costa do Marfim, maior produtor mundial), Malásia e Indonésia são os principais centros mundiais de produção do cacau, sendo que esses dois últimos implantaram uma cacauicultura moderna e de caráter empresarial. O mercado mundial de cacau envolve um jogo de forças desequilibrado. De um lado estão como principais produtores/exportadores países em desenvolvimento (Tabela 48) e, do outro lado, os principais consumidores/importadores mundiais nos países desenvolvidos com alta renda *per capita*, representados por seis grandes grupos empresariais que respondem por aproximadamente 80% das compras mundiais de cacau (Tabela 49). Desses, três são americanos, dois têm sede no Reino Unido e um é francês. Pode-se verificar que dentre os maiores consumidores mundiais, destacam-se os EUA.

Pelo lado da oferta, onde há concorrência perfeita, é marcante a fragilidade das estruturas produtoras ante às poderosas multinacionais que dominam a comercialização e o processamento do cacau, o que caracteriza um oligopsonio. Cerca de 95% do faturamento

com amêndoas, derivados de cacau e, notadamente, com chocolate, é apropriado pelas multinacionais e somente 5% fica para os produtores. Essas empresas geralmente comercializam outras *commodities*, sendo pouco dependentes dos negócios com cacau.

Tabela 48 – Produção mundial de cacau – 1989/90–1993/94

Países produtores	Produção (1.000 t)				
	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Costa do Marfim	725	804	746	755	770
Brasil	348	368	292	302	296
Gana	295	293	243	311	260
Nigéria	160	162	110	132	134
Camarões	125	113	105	88	96
Indonésia	115	158	178	225	253
Malásia	244	221	220	222	220
Total Mundial	2.416	2.537	2.263	2.235	2.378

Fonte: ICCO.

Tabela 49 – Principais países consumidores/importadores de cacau – 1992

País	Quantidade (1.000 t)	Participação no total mundial (%)
Estados Unidos	566,2	25,8
Alemanha	277,6	12,6
Reino Unido	182,5	8,3
França	156,4	7,1
Japão	109,3	5,0
Ex-Urss	93,2	4,2
Brasil	81,2	3,7
Itália	68,3	3,1
Total	1.534,7	69,8

Fonte: ICCO.

Na Tabela 50, que apresenta o total de moagens mundiais para o período 1990/91 a 1993/94, verifica-se que entre os países produtores, apenas Brasil, Costa do Marfim e Malásia têm participação no processamento do cacau, sendo o Brasil o único que possui um significativo nível de processamento em relação ao total da produção. Cerca de 90% do processamento mundial é feito por multinacionais, nos seus países de origem ou nos países produtores.

Tabela 50 – Principais países processadores do cacau – 1990/91–1993/94

País	Processamento (1.000 t)			
	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Estados Unidos	268	303	315	327
Alemanha	294	306	310	333
Holanda	268	294	300	312
Brasil	260	230	225	241
Reino Unido	145	152	160	175
Costa do Marfim	118	110	95	105
Malásia	78	85	90	100
Rússia	83	32	80	110
Mundo	2.366	2.342	2.421	2.518

Fonte: ICCO.

Na década de 90, os preços internacionais do cacau (entre US\$600/t e US\$1000/t) chegaram ao nível mais baixo dos últimos anos. As mudanças estruturais ocorridas no mercado internacional desde meados da década de 70 explicam esse declínio dos preços. O aumento dos preços e da receita cambial dos produtores nos anos 70, quando a tonelada chegou em 1977/1978 a valer US\$ 6.654 (a valores de 1992), estimulou a expansão da produção de cacau inclusive com a introdução de novas fronteiras (Malásia, Indonésia e Papua-Nova Guiné), concorrendo para gerar excessos de produção sete a oito anos depois do plantio e tornando a produção mundial mais estável, pois reduziu a vulnerabilidade às variações climáticas. Ao mesmo tempo em que houve essa elevação da oferta, observou-se uma retração na demanda, visto que os altos preços alcançados anteriormente pelo produto haviam sido repassados aos derivados.

Com a entrada da nova produção no comércio mundial, a partir da safra de 1984/1985, verifica-se um excesso de produção persistente. O nível de estoques elevou-se pressionando os preços para baixo. Apesar de tentar fazer frente ao poder de mercado dos compradores, através da elaboração do Acordo Internacional do Cacau, em 1972, os países produtores não conseguiram se organizar para exercer poder sobre os preços mundiais. Inicialmente, foram estipuladas cotas de exportação entre os produtores e, em 1980, adotou-se a manutenção de estoques reguladores.

Entretanto, nenhum dos dois mecanismos foi eficaz. O fracasso do Acordo é atribuído, principalmente, à ausência de dois importantes produtores, Malásia e Indonésia, e à variada importância que o produto tem do ponto de vista do Balanço de Pagamentos dos países produtores. Após a abertura do mercado dos países do leste europeu, houve a desorganização dessas economias, resultando na redução de sua demanda por cacau, o que contribuiu para o prolongamento da crise no mercado internacional.

A lavoura cacaeira brasileira ocupa uma área de aproximadamente 830 mil ha, distribuídos por oito estados. Na Tabela 51, que mostra a participação de cada unidade produtiva em termos de área e produção, fica evidente a importância do Estado da Bahia na atividade.

Tabela 51 – Participação dos Estados produtores de cacau no Brasil – 1993

Estado	Participação (%)	
	Produção	Área Cultivada
Bahia	81,7	84,9
Pará	7,9	6,4
Rondônia	7,3	5,4
Espírito Santo	2,2	2,6
Mato Grosso	0,8	0,5
Outros *	0,1	0,2

Fonte: CEPLAC.

* Acre, Amazonas e Maranhão.

As compras internas de cacau, bem como sua exportação são concentradas, como acontece no mercado internacional. Dez empresas respondem por cerca de 85% das exportações e as três maiores (Chadler, Joanes e Cia. Brasileira Exportadora — CBE) dominam metade do valor exportado. É marcante a presença das empresas com domínio de capital estrangeiro, que respondem por cerca de 60% do faturamento obtido com a exportação de cacau e seus derivados. Com a crise da produção, duas mudanças podem ser observadas: uma maior concentração do mercado e uma crescente participação das empresas de capital externo em detrimento das empresas de capital nacional.

A terceira maior empresa processadora no Brasil, a Chadler Industrial da Bahia S.A., transferiu sua unidade de Salvador para os EUA em razão da atual crise da cacauicultura que a obrigaria a importar cacau para beneficiamento no Brasil. Como é mais fácil e barato importar nos EUA, a Chadler optou pela transferência. Esse movimento é prejudicial ao país, reduzindo sua participação no processamento e, portanto, no valor agregado total das vendas de cacau e derivados.

A crise atual da lavoura cacauzeira é mundial, causada principalmente pelos preços baixos. A crise brasileira, entretanto é mais grave, em consequência da soma dos fatores conjunturais já abordados como fatores estruturais internos: o modelo primário de monocultura para exportação e os aspectos culturais do cacauicultor, que desenvolve a atividade de forma extrativista, sem investimento sistemático em aprimoramento do processo produtivo ou aumento de produtividade.

Os déficits acumulados da lavoura e a interrupção do crédito rural, em função da inadimplência dos produtores, fizeram com que sequer as práticas rotineiras de trato da lavoura fossem realizadas, permitindo o crescimento acelerado da “vassoura-de-bruxa” e a queda contínua da produtividade, num círculo vicioso. Segundo a CEPLAC, essa doença foi descoberta na Bahia pela primeira vez em maio de 1989. Em setembro de 1994, a área cultivada atingida pela “vassoura” representava 55% da área total e, em março de 1995, 70,1%, mostrando que a doença se alastrava de forma exponencial. Assim, é essencial adotar medidas que a contenham para evitar a erradicação da cultura e as consequências que essa erradicação teria para a região.

Não se conhece cura ou forma de eliminação total da “vassoura-de bruxa”, mas domina-se o seu ciclo reprodutivo, o que viabilizou o desenvolvimento de técnicas de manejo que permitem combatê-la e reduzi-la a níveis mínimos. Tais técnicas constituem um pacote tecnológico, desenvolvido pela CEPLAC, que está sendo aplicado em toda a lavoura, evitando a sua erradicação e preparando-a para a modernização produtiva e administrativa que viabilizará economicamente a lavoura.

Em função da importância socioeconômica do cacau para a Bahia, em especial para a região sul do estado, foi criada pelo governo federal uma linha especial de crédito para financiar os produtores baianos atingidos pela “vassoura -de-bruxa”, com o objetivo de controlar a doença, visando a recuperação da produtividade e competitividade da lavoura. Foram destinados em 1995 ao programa R\$ 340 milhões, a serem aplicados em quatro anos, através do Banco do Brasil e do Banco do Estado da Bahia, utilizando recursos do BNDES, do Tesouro Nacional e do Banco do Nordeste do Brasil.

É imprescindível para a continuidade da lavoura que o programa atinja seus objetivos. O controle da doença representa tão somente o primeiro passo. Trata-se de dar sobrevida ao cacau baiano, proporcionando tempo para adoção das medidas necessárias à correção estrutural da atividade, que envolvem a modernização e diversificação da atividade produtiva e, principalmente, a mudança da mentalidade do cacauicultor.

Pelo exposto, está bastante evidenciado o esgotamento do processo de desenvolvimento da região cacaeira da Bahia no que se refere ao cacau. A situação da lavoura cacaeira baiana apresenta-se dramática há vários anos, não apenas em consequência da queda dos preços do cacau no mercado internacional e da elevação dos custos de produção, mas também devido à ocorrência da “vassoura -de-bruxa” que tornou mais crítico ainda o quadro existente. Os baixos preços do cacau no mercado internacional, os altos custos de produção (insumos e mão-de-obra) e a “vassoura -de-bruxa”, que está a exigir muitos recursos para o seu combate e controle, têm sido fatores desestimuladores do aumento da produção e da produtividade na região cacaeira da Bahia.

Se a situação da lavoura cacaeira é crítica com poucas possibilidades de recuperação a curto prazo, não menos dramática é a situação dos trabalhadores da região que, mesmo no auge da produção do cacau, eram sub-remunerados. Numa situação de crise, como a atual, as condições de vida dos trabalhadores assumem características mais dramáticas ainda. A modernização da produção cacaeira estimulada durante vários anos pela CEPLAC com o incremento dos rendimentos físicos da cacauicultura agravou ainda mais essa situação. A própria industrialização do cacau não proporcionou, também, impactos capazes de transformar as relações sociais de produção em benefício da massa de assalariados.

A crise da monocultura do cacau repercutiu de forma negativa sobre as condições de vida da maioria da população da região, sobretudo daquelas residentes em Itabuna e Ilhéus. Todas as

atividades econômicas não vinculadas diretamente ao cacau foram também profundamente afetadas, especialmente o comércio e os serviços. A excessiva concentração da renda existente na região é um dos traços mais negativos do sistema produtivo do cacau, fazendo com que não se crie um mercado consumidor de bens e serviços capaz de estimular oportunidades de investimentos.

Essa situação tem feito com que o próprio excedente econômico gerado pela economia cacauífera tenha sido drenado em grande parte para fora da região. A poupança gerada pela economia cacauífera não melhorou e nem diversificou a capacidade produtiva regional, além de não ter contribuído para o surgimento de marcantes atividades de manufatura, industrialização, re-investimento e crescimento do mercado regional. A existência de um mercado consumidor de pequeno porte na região cacauífera da Bahia tem inviabilizado a articulação da economia regional, não contribuindo, portanto, para o desenvolvimento dos setores secundário e terciário em níveis adequados.

Apesar dos êxitos alcançados pela CEPLAC no aumento dos níveis de produção e de produtividade da lavoura cacauífera ao longo do tempo, a prosperidade dela resultante beneficiou fundamentalmente os produtores de cacau, as firmas dominantes de exportação, as grandes entidades de porte multinacional e bancos.

A esse conjunto de problemas acima citados deve-se acrescentar o fato de que novos e emergentes países produtores aumentaram sua produção no mercado mundial, como é o caso da Malásia. Além disso, a Costa do Marfim, maior produtor mundial de cacau, que direcionava seu produto basicamente para a Europa, passou a fornecer, há vários anos, maior quantidade ao mercado americano, principal comprador do cacau brasileiro.

A redução da participação do cacau na fabricação do chocolate devido ao uso crescente de substitutos da manteiga de cacau pelas indústrias chocolateiras do exterior e a perspectiva de que biotecnologistas da Cornell University dos Estados Unidos e de outros centros consigam a produção econômica da manteiga de cacau a partir de culturas de tecidos são fatores que podem contribuir para a queda maior ainda, no futuro, da demanda de cacau no mercado internacional, comprometendo, portanto, os interesses dos países produtores.

Qualquer que fosse a ação desenvolvida pelo governo do Estado da Bahia e o governo federal através da CEPLAC para recuperar a lavoura cacauífera da Bahia não faria com que os problemas existentes na região fossem eliminados. Elas contribuiriam certamente para salvar

a lavoura cacauera da *débâcle* total, mas não seriam suficientes para estabelecer um novo ciclo de crescimento econômico auto-sustentável na região. Em outras palavras, o cacau deixou de ser um fator dinâmico alavancador do crescimento econômico da região cacauera da Bahia, o que significa dizer que, sem perder de vista a luta pela sustentação da lavoura cacauera na região, seria preciso promover o desenvolvimento da região cacauera da Bahia em novas bases. Não há outra saída para a região cacauera a não ser a diversificação de suas atividades econômicas.

O potencial econômico da região cacauera relativo à pecuária, cana-de-açúcar, dendê, pesca, mineração, seringueira, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná, fruticultura e olericultura deveria ter sido explorado mais intensamente como um bom campo de oportunidade que abrangeria a agricultura, a indústria e o setor de serviços. O próprio cacau tem ainda um potencial não plenamente desenvolvido no que respeita à industrialização de derivados, inclusive a produção de chocolate na região. Apenas o potencial de desenvolvimento do turismo foi efetivamente incrementado na região.

A política de diversificação da região cacauera deveria se alicerçar nos seus pontos fortes situados no sistema de produção de cacau com seus recursos humanos, instalações físicas e mecanismos institucionais e no turismo que deveriam se constituir na base sobre a qual se ergueria o edifício da diversificação regional. O processo de diversificação da economia regional viria a se justificar porque:

- Permitiria reduzir o grau de dependência da região cacauera à monocultura do cacau que é um produto destinado à exportação;
- Possibilitaria desenvolver as potencialidades econômicas existentes na região, incluídas as do próprio cacau;
- Viabilizaria a internalização, na região cacauera, do máximo de benefícios resultantes do conjunto das atividades econômicas diversificadas a serem implementadas;
- Criaria condições para assegurar uma efetiva participação da população da região nos frutos do progresso social, através de uma adequada distribuição da renda obtida e da elevação do nível de emprego da população economicamente ativa.

A política de diversificação da economia cacauera poderia ter produzido o máximo de benefícios se, ao lado da verticalização da atividade produtiva do cacau e da expansão do

turismo, tivesse sido verticalizada, até o limite possível, a produção de outros produtos economicamente viáveis na região. Os benefícios teriam sido ainda maiores se a diversificação vertical por produto tivesse sido integrada com o aproveitamento, por cada sistema verticalizado, de subprodutos fabricados pelos demais.

Verticalizar a produção significaria implantar na região unidades que produzissem matérias-primas ou insumos utilizados no processo e efetuassem a transformação do produto em subprodutos e em bens finais, podendo incorporar a atividade de comercialização. No caso específico do cacau, a sua integração seria maximizada na medida em que pudesse contemplar, por exemplo, a implantação de unidades produtivas de insumos agrícolas, a produção do cacau propriamente dita, a comercialização e moagem da amêndoa e a produção e comercialização de produtos, entre eles, do chocolate nos mercados interno e externo.

A fabricação do chocolate exigiria, por exemplo, o suprimento do leite e do açúcar, o que significa dizer, que o sistema de produção do cacau deveria ser integrado ao sistema produtivo da cana-de-açúcar e da pecuária, se fosse demonstrada a viabilidade de incentivar o seu desenvolvimento na região. Se essa viabilidade fosse demonstrada, seria o caso de promover também a integração vertical da pecuária e da cana-de-açúcar visando a maximização dos benefícios que pudessem oferecer.

A integração vertical da atividade produtiva do cacau, envolvendo também a comercialização, possibilitaria a redução dos seus custos de produção e, em conseqüência, o aumento do poder de competitividade do cacau e seus derivados. No entanto, quando ocorresse recessão, haveria o risco de ela se estender a todo o conjunto do sistema de produção, tornando-o vulnerável. Essa vulnerabilidade do cacau, por exemplo, poderia ser compensada, entretanto, pela existência de outros sistemas produtivos situados em ramos diferentes da economia da região, como é o caso da cana-de-açúcar, pecuária, dendê, pesca, turismo, mineração, etc., potencialmente viáveis, os quais atuariam como moderadores das crises do cacau. A conglomeração dessas atividades econômicas na região cacaueira possibilitaria crescimento, segurança, melhor emprego e mobilidade de capital, reduzindo, dessa forma, substancialmente a vulnerabilidade do sistema global.

Cabe observar que, ao lado do esforço de diversificar a produção na região, haveria a necessidade de, em alguns casos, diversificar também os mercados a serem atendidos para alcançar, de um lado, a escala necessária aos empreendimentos a serem desenvolvidos e, de outro, reduzir a dependência de empresas e países compradores dos produtos. Isso significa

dizer que os novos empreendimentos a serem implantados em sistemas produtivos diferentes do cacau não deveriam ter em vista apenas o atendimento da demanda regional e que, no caso do cacau, haveria que desenvolver um grande esforço no sentido de elevar o seu consumo nos mercados atuais (interno e externo) e em novos mercados (Japão, Rússia e China).

Esse esforço requereria não apenas a elevação da produtividade agrícola ou do processamento industrial do cacau e derivados, mas também iniciativas mercadológicas consistentes e capazes de manter as posições conquistadas pelo Brasil no mercado internacional, deslocar países competidores, neutralizar os sucedâneos utilizados na fabricação do chocolate e colocá-lo como produto substituto de outros. Esse desenvolvimento propiciaria, também, a redução do grau de dependência da região cacauífera à monocultura do cacau e a internalização dos benefícios resultantes do conjunto das atividades econômicas diversificadas.

É preciso ressaltar a necessidade de que se utilizassem nas agroindústrias, até onde fosse possível, tecnologias intermediárias cujos processos de produção fossem intensivos em mão-de-obra com a finalidade de gerar mais empregos para a população. Para assegurar uma efetiva participação da população da região nos frutos do progresso social, contemplando uma adequada distribuição de renda e a elevação de emprego da força de trabalho, seria preciso que se somasse ao processo de integração dos diversos sistemas produtivos a serem implantados um grande esforço de desenvolvimento do setor de serviços, particularmente nas cidades e povoados de maior porte.

É evidente que o processo de diversificação econômica da região com base na agroindústria criaria necessidades cada vez maiores de obras de infra-estrutura e de prestação de serviços em vários níveis que precisariam ser devidamente planejados, sem o que não seria possível disseminar, nessa área, os efeitos multiplicadores internos resultantes da agroindustrialização, comprometendo, dessa forma, o objetivo de promover uma melhor distribuição de renda e gerar mais oportunidades de empregos à população.

A demanda crescente de serviços originários dos diversos sistemas agro-industrializados, associados ao crescimento populacional das cidades, faria com que surgisse a necessidade de promover o seu planejamento urbano em bases adequadas, a fim de ajustá-las aos requisitos impostos pelo processo de desenvolvimento e evitar que elas crescessem desordenadamente e se constituíssem em entraves.

É oportuno observar que a região cacauífera maximizaria ainda mais os resultados do processo de agroindustrialização se fosse estruturada com base em agrossistemas cujas particularidades

sejam definidas em função de condicionantes edafo-climáticas e socioeconômicos. Em cada agrosistema, seriam especificadas as áreas mais propícias à implantação de agroindústrias isoladas ou sob a forma de complexos integrados.

Para viabilizar o processo de diversificação econômica da região cacauceira da Bahia, torna-se indispensável a existência de recursos, organização e, principalmente, vontade política da Sociedade Civil da região de levar avante tal empreitada. Qualquer que fosse a solução que se buscasse para o problema da regressão econômica da região cacauceira da Bahia requereria, antes de tudo, que se definisse qual seria o modelo de desenvolvimento mais apropriado e que correspondesse aos interesses do conjunto de sua população.

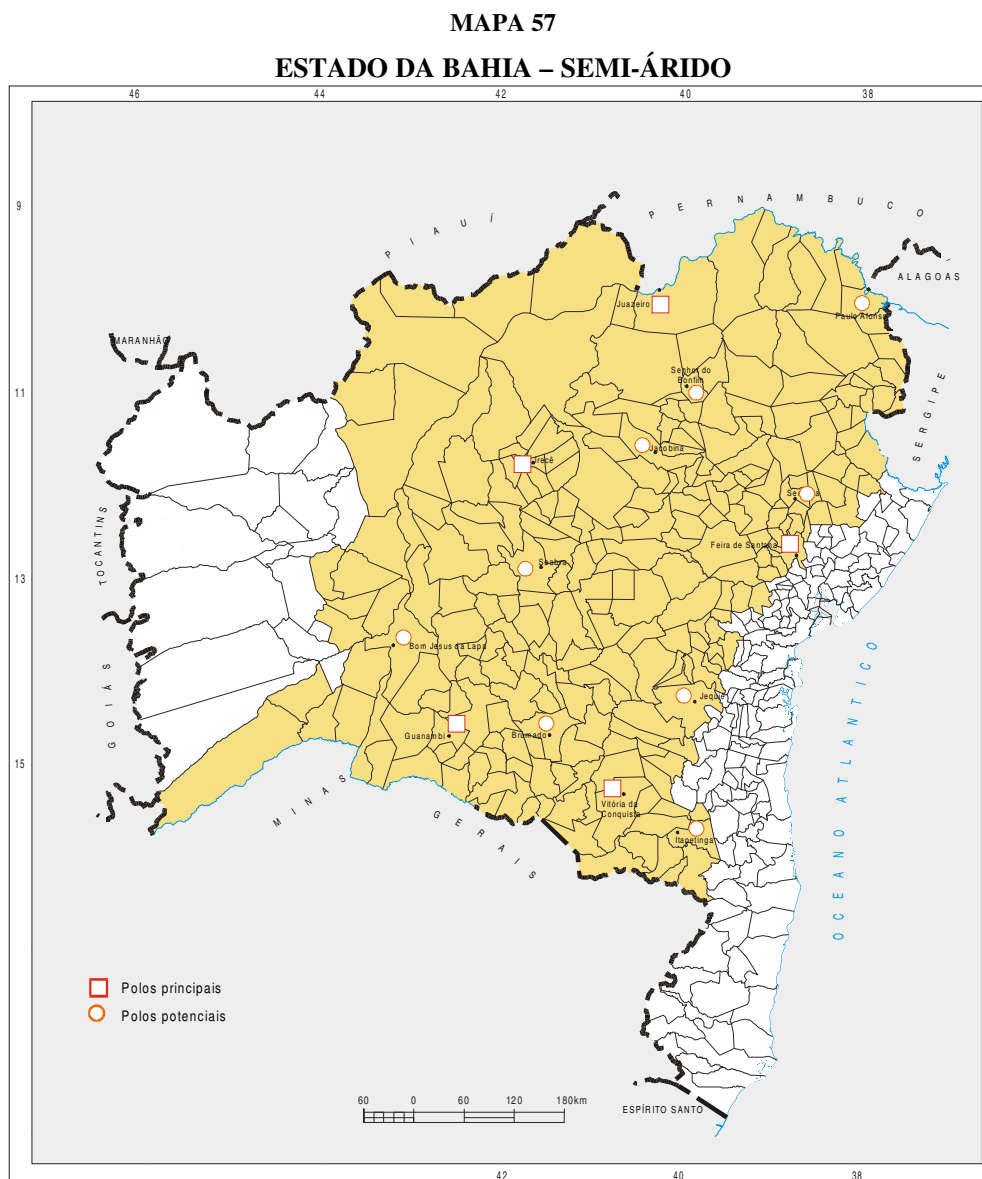
O primeiro passo a ser dado consistiria em se estabelecer o consenso no contexto da Sociedade Civil da região de que a saída para a crise atual estaria na diversificação econômica regional. Em outras palavras, seria preciso desenvolver o entendimento generalizado de que todos precisariam se unir para promover o progresso econômico e social da região através da diversificação econômica. O segundo passo em direção ao consenso consistiria em criar uma instância ou foro de decisões econômicas regionais da qual participassem representantes de prefeituras municipais, empresários, produtores rurais, trabalhadores, além dos governos federal e estadual.

A criação de um Conselho de Desenvolvimento Regional para deliberar sobre políticas, programas e projetos de desenvolvimento regional e a reestruturação da CEPLAC como órgão articulador se constituiriam na resposta organizacional apropriada ao processo de diversificação econômica do sul da Bahia. No nível operacional, tornar-se-ia imprescindível a existência de um órgão como a CEPLAC reestruturada para atuar como agência de desenvolvimento regional e, não apenas voltado para a produção do cacau. O papel da CEPLAC seria imprescindível pelo fato de já dispor de um corpo técnico altamente qualificado e possuir base física de operação em toda a região. À CEPLAC caberia, também, o papel de articulador e catalizador do processo de integração entre os diversos órgãos públicos e privados que se envolvessem nas atividades de diversificação econômica regional.

A superação da regressão econômica da região cacauceira da Bahia poderia ter sido alcançada, portanto, com a implementação de eficazes políticas por parte do governo federal, através da CEPLAC, e do governo do Estado da Bahia, que contribuíssem para promover sua diversificação econômica. A adoção de consistente política de desenvolvimento endógeno e sustentável, nos termos expostos no capítulo 3, poderia colaborar na diversificação econômica da região cacauceira e reverter seu processo de regressão.

8.3.3 O subdesenvolvimento da região semi-árida

O Mapa 57 apresenta a região semi-árida do Estado da Bahia com a indicação dos limites de seus municípios e de seus principais pólos regionais. O diagnóstico econômico do Semi-Árido da Bahia indica que essa região se caracteriza por possuir uma agropecuária de baixa produtividade, uma indústria incipiente e atividades ligadas ao comércio e serviços pouco desenvolvidas em comparação com as regiões mais dinâmicas da Bahia. À exceção de poucos empreendimentos ligados à agricultura irrigada, à mineração e ao turismo, a maior parte dos sistemas produtivos do Semi-Árido está totalmente defasada no que respeita às necessidades impostas pela nova ordem econômica mundial, que exige alto poder de competitividade para sobreviver e crescer.



Fonte: SEI.

Para o Semi-Árido se tornar competitivo em relação a outras regiões da Bahia, do Brasil e do mundo na produção agropecuária, industrial e nos serviços, inclusive o turismo, seria preciso que elevasse sua produtividade para níveis equivalentes aos praticados nos países mais desenvolvidos ou, em última instância, aos existentes nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Para que obtivesse vantagem competitiva, a agropecuária, a indústria e o turismo do Semi-Árido da Bahia precisariam produzir bens e serviços com menores custos ou apresentar produtos diferenciados que obtivessem preços elevados nos mercados regional, nacional ou mundial.

Para manter sua vantagem competitiva, os setores produtivos do Semi-Árido precisariam oferecer com o tempo, produtos e serviços de melhor qualidade ou produzir com mais eficiência. Isso se traduziria diretamente em crescimento da produtividade. O crescimento constante da produtividade exigiria que a economia melhorasse constantemente. As empresas da região deveriam elevar, incessantemente, a produtividade da agropecuária e das indústrias existentes, melhorando a qualidade de seus produtos, acrescentando elementos desejáveis, apurando a tecnologia do produto ou intensificando a eficiência da produção. Ressalte-se que essas exigências deveriam abarcar o conjunto da economia.

No contexto do Estado da Bahia, o Semi-Árido compete desvantajosamente, do ponto de vista econômico, com duas outras regiões para onde tem sido carreada sistematicamente a maior parte dos investimentos públicos e privados: o Oeste e o Litoral, onde se localiza a RMS — Região Metropolitana de Salvador. O Oeste da Bahia está se desenvolvendo enormemente por conta da produção de grãos, particularmente da soja, e da agricultura irrigada com a fruticultura. Por sua vez, a RMS e o Litoral tem sido ao longo do tempo e continuará a ser o lócus preferencial dos investimentos públicos e privados na Bahia.

Nos últimos 50 anos, o governo do Estado da Bahia deveria ter implementado políticas capazes de promover o desenvolvimento endógeno para tornar o Semi-Árido atrativo para o investidor nacional e estrangeiro, em um contexto em que duas outras regiões da Bahia tendem a atraí-lo por apresentar melhores perspectivas em termos de retorno do capital investido na agropecuária, na indústria e no turismo. A realidade objetiva indica que, além de incrementar o desenvolvimento endógeno, o Semi-Árido deveria desenvolver sua economia vinculando-a de forma complementar ao processo de expansão da agricultura irrigada no Oeste, procurando estabelecer uma sinergia positiva com o desenvolvimento dessa região, integrando-as ao máximo e ao processo de expansão da RMS e do Litoral da Bahia, produzindo bens e serviços para suprir esse mercado.

Alcoforado et al. (1995) apresentam uma estratégia consistente de desenvolvimento do Semi-árido da Bahia que deveria contemplar o seguinte:

- Implementar o desenvolvimento econômico local como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda, estimulando e apoiando processos de organização socioempresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas. Ainda, objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e de micro empresários para que gerem empregos sustentáveis;
- Atrair capitais nacionais e estrangeiros que contribuam para a inserção da região nas economias nacional e mundial acenando-lhes com oportunidades de investimentos lucrativos, assegurando-lhes o fornecimento de matérias-primas, a disponibilidade de mão-de-obra, em quantidade, a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, além de facilidades fiscais. A agricultura irrigada e a agroindústria a ela associada são atividades econômicas do Semi-Árido que têm amplas condições de atrair capitais nacionais e estrangeiros. Uma outra atividade econômica que pode vincular o Semi-Árido à economia nacional e mundial com mais consistência do que a maioria dos produtos da região é a mineração. O grande potencial de recursos minerais existentes na região credencia, sem sombra de dúvidas, o Semi-Árido a cumprir esse papel;
- Estruturar o desenvolvimento da região com base nos seus principais pólos ou centros econômicos como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi e Irecê, que constituem a base sobre a qual se apóia a economia regional e nos pólos situados fora dela, como Barreiras e a Região Metropolitana de Salvador, detentores de economias de aglomeração necessárias à atração de capitais;
- Promover uma maior integração econômica entre os pólos estruturadores da economia regional (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi e Irecê) para reforçá-los e induzir o desenvolvimento das demais regiões;
- Integrar economicamente o Semi-Árido ao Oeste da Bahia buscando o desenvolvimento de atividades econômicas comuns, como é o caso da agricultura irrigada e da agroindústria a ela associada nas margens do rio São Francisco;

- Construir um “eixo” econômico no vale do rio São Francisco, apoiado na agricultura irrigada e na agroindústria a ela associada, entre as regiões de Juazeiro, Barreiras, Ibotirama, Guanambi e Bom Jesus da Lapa que incorpore, também, a região de Irecê, visando maximizar a sinergia entre elas;
- Promover investimentos na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços da região para suprirem sua demanda interna de bens e serviços e a da Região Metropolitana de Salvador, além da resultante dos fluxos de mercadorias e serviços que nela circulam para vários destinos intra e extra regional.
- Preencher os “vazios” econômicos da região atraindo investidores para o aproveitamento do potencial de recursos minerais nela existente. Os “vazios” econômicos do Semi-Árido poderão ser preenchidos com o incentivo à produção mineral cujos empreendimentos poderão dar margem ao surgimento de novos pólos de desenvolvimento regional, além dos que a região já possui;
- Elevar a produtividade de suas atividades econômicas dentro de padrões internacionais, através das quais a região buscará se inserir nas economias nacional e mundial;
- Produzir bens e serviços com menores custos, diferenciação e elevado nível de qualidade para obter vantagem competitiva.

É preciso destacar a importância do vale do rio São Francisco devido a disponibilidade de água para irrigação e do papel da CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco no desenvolvimento do Semi-Árido. A expansão econômica experimentada na região de Barreiras nos últimos anos, com a produção de grãos, e nas regiões de Juazeiro, Petrolina e Bom Jesus da Lapa com a fruticultura irrigada, poderia ter sido, também, levada a todo o vale do rio São Francisco pelo governo do Estado da Bahia aproveitando-se da disponibilidade de um insumo lá existente e fundamental à agricultura que é a água. O desenvolvimento do Semi-Árido da Bahia depende, em grande medida, do que seja realizado no sentido da construção de um eixo econômico entre Juazeiro, Barreiras, Ibotirama e Bom Jesus da Lapa ao longo do rio São Francisco que incorpore, também, a região de Irecê.

O fato do Semi-Árido da Bahia ser um espaço de trânsito de mercadorias e serviços deveria ter sido aproveitada pelo governo do Estado da Bahia como uma vantagem competitiva a ser explorada. Os fluxos de mercadorias e serviços entre a região Sudeste do país, a Bahia e o Nordeste através das rodovias BR-116, 324 e 407, entre o Oeste, Brasília e Goiás, através das

BR-242 e 020, entre Barreiras, Juazeiro/Petrolina, através do rio São Francisco, e Suape em Pernambuco, entre o Oeste e a RMS — Região Metropolitana de Salvador, através da BR-242, entre a região de Juazeiro e a RMS, através das BR-324 e 407 e, entre Irecê e a RMS, através da BR-052, deveriam ter sido utilizados como eixos indutores do desenvolvimento regional. Ver o Mapa 57 com os principais centros regionais.

Esses fluxos associados ao intercâmbio que se estabeleça em maior extensão entre os elementos estruturadores dos pólos da economia regional (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi e Irecê) representariam um papel relevante na sua dinamização. Pode-se creditar a esses fluxos de mercadorias e serviços grande parte do desenvolvimento alcançado por cidades como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Juazeiro. É preciso observar que esses fluxos demandam estruturas de comércio e serviços ao longo das rodovias e nas cidades situadas nas suas imediações. Essas estruturas de comércio e serviços poderiam induzir o desenvolvimento da agricultura e da própria indústria voltadas para o suprimento da demanda de produtos agrícolas e industriais em todo o Semi-Árido.

O imenso desafio da promoção do desenvolvimento social e ambiental no Semi-Árido da Bahia deveria ter sido enfrentado pelo governo do Estado. Em primeiro lugar, porque a pobreza e a exclusão social é crônica atingindo, na atualidade, grande parte de sua população. Em segundo lugar, porque o crescimento econômico da região não tem condições de gerar a quantidade de emprego necessária à população economicamente ativa, em face da necessidade de modernização dos processos produtivos exigida para se alcançar elevados níveis de produtividade e competitividade. Finalmente, em terceiro lugar, o agravamento dos problemas ambientais caracterizados pelo déficit hídrico que atingem algumas regiões, pela deterioração da qualidade da água e do solo e pela desertificação que, avança ano a ano, a passos largos.

O governo do Estado da Bahia deveria ter adotado, também, medidas capazes de eliminar as ameaças aos recursos florestais, pedológicos, hídricos, minerais, a biodiversidade, o cenário ambiental e a própria vida humana da região semi-árida. Esse desafio só poderia ser enfrentado necessariamente pelo governo do Estado com a mobilização de todos os meios que estivessem ao seu alcance e contando com o apoio da população. Para assegurar a qualidade ambiental do Semi-Árido, o governo do Estado deveria alocar recursos e adotar políticas eficazes que contribuíssem para a recuperação do meio ambiente degradado e a sua preservação. Nesse sentido, deveria ter promovido o gerenciamento dos recursos hídricos, conservado os solos, efetuado a previsão do clima, atenuado os efeitos das secas, ampliado a

biodiversidade, controlado ambientalmente a mineração, efetuado o zoneamento ecológico-econômico, reorganizado o meio rural através de reforma agrária, promovido o desenvolvimento dos seus principais centros urbanos e reforçado a infra-estrutura.

Para fazer frente aos problemas da pobreza e exclusão social existente e produzida pela modernização da economia regional, seria imprescindível que o governo do Estado alocasse grande volume de recursos em programas de saúde, educação, habitação e combate à pobreza. No que concerne ao combate à pobreza, deveria ter desenvolvido políticas de compensação social que contribuíssem para o desenvolvimento de atividades econômicas permanentes e a execução de obras de infra-estrutura geradoras de emprego e renda para a maioria da população. Para reforçar essa política, o Estado deveria ter adotado, nos níveis federal, estadual e municipal, uma política de compras de bens e serviços no próprio Semi-Árido para os seus órgãos e empresas estatais nela localizadas.

A estratégia de desenvolvimento econômico e social do Semi-Árido da Bahia deveria se apoiar nos pólos que comandam o crescimento econômico ou o desenvolvimento da região, isto é, nas cidades ou áreas economicamente mais dinâmicas. Ressalte-se que o pólo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma ou mais atividades econômicas motrizes que, antes das demais, realizam a separação dos fatores de produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização.

É preciso destacar que, de acordo com Perroux (1967), **o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região** e o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estaria, assim, sempre ligado ao do seu pólo. Como o pólo é sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região, ela tem de ser canalizada por estradas, por caminhos que liguem a área polarizada ao pólo. Foi devido a esse processo que teve grande influência na integração do território francês em torno de Paris — de 1830 a 1870 e, depois, de 1892 a 1914 — e do território norte-americano em torno das grandes cidades do Nordeste dos Estados Unidos — dos meados do século XIX até 1908 — a expansão das ferrovias, permitindo o crescimento dos pólos principais pela expansão de sua área de influência, pela formação de **nós de tráfego e de zonas de desenvolvimento**.

Na atualidade, os pólos de desenvolvimento do Semi-Árido da Bahia são Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Guanambi e Irecê. Como pólos potenciais, podem ser citados Jequié, Itapetinga, Brumado, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim, Serrinha, Seabra e Paulo Afonso. A existência de vários pólos de desenvolvimento, como é o caso do

Semi-Árido, ligados uns aos outros, por estradas e ocupando todos uma área dinâmica, tem repercussão sobre todas as atividades econômicas regionais e formam aquilo que pode ser denominado de **zonas de desenvolvimento**.

As zonas de desenvolvimento são o resultado da concentração geográfica das atividades econômicas devido aos efeitos da complementação. Assim, a presença de determinadas indústrias em um local favorável provoca a formação de uma infra-estrutura, e atrai outras indústrias que lhe são complementares. A aglomeração das indústrias eleva a renda total e a renda *per capita* e funciona como elemento de atração de imigrantes que vêm tanto trabalhar nas indústrias como atender aos que nela trabalham. Daí surgir um desenvolvimento maior da estrutura terciária com reflexo altamente favorável sobre as atividades agrícolas, atividades essas que visam ao abastecimento da própria zona. Formam-se, desse modo, as zonas de desenvolvimento que têm grande influência sobre a região em que se situam, de vez que as regiões nada mais são do que pólos de desenvolvimento com seus meios de propagação. A RMS — Região Metropolitana de Salvador pode ser considerada como uma zona de desenvolvimento.

O governo do Estado da Bahia deveria perseguir a sustentabilidade do desenvolvimento do Semi-Árido da Bahia do ponto de vista social e ambiental que se efetivaria com a existência de contrapesos que permitam conciliar os interesses do capital com os da sociedade no seu conjunto. No Semi-Árido da Bahia como no mundo inteiro, o grande desafio que se coloca hoje é o de como conciliar os interesses sociais com os objetivos da empresa capitalista moderna, que introduz novas tecnologias e novos métodos de gestão nos seus processos produtivos para sobreviver e crescer em um ambiente de grandes mudanças e de elevada competitividade como o atual. No esforço de obter liderança nos custos de produção e na qualidade de seus produtos em relação a seus concorrentes, a empresa capitalista moderna se empenha em elevar seus níveis de produtividade, que sempre se traduzem em maior exploração e economia de mão-de-obra.

Muitos estudiosos colocam hoje dúvidas quanto à possibilidade do crescimento atual gerar os empregos necessários à população economicamente ativa em todo o mundo. A perspectiva de haver crescimento econômico sem gerar a quantidade de empregos necessários representa um problema que só terá condições de ser solucionado com a redução da jornada de trabalho nos setores mais modernos e dinâmicos da economia, sem diminuição dos salários dos trabalhadores, e a adoção de políticas governamentais incrementadoras do emprego e da renda e compensatórias do ponto de vista social. Ao contrário da visão neoliberal que defende a tese do não-intervencionismo do Estado na arena econômica, a única forma de se buscar a

sustentabilidade social e ambiental no Semi-Árido da Bahia é a da participação governamental como fomentador e catalisador do processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental, fato esse que não vem ocorrendo com efetividade.

Para enfrentar os problemas da região semi-árida da Bahia, o Estado deveria ter buscado a compatibilização dos objetivos entre os agentes econômicos públicos e privados e a Sociedade Civil organizada, além de investir e financiar empreendimentos que contribuíssem para evitar ou minimizar a exclusão social. É por isso que a recuperação da capacidade de investimento do Estado brasileiro em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal, seria fundamental para que ele pudesse cumprir com efetividade esse papel.

A necessidade de o Estado cumprir esse papel se impõe mais ainda no Semi-Árido do Nordeste porque o seu quadro social é bastante grave. A pobreza e a exclusão social estão presentes nos centros urbanos e na zona rural sendo que, nessa, a pobreza alcança 75% da população rural e a indigência pouco mais de 40%. Ressalte-se que o número de indigentes do Semi-Árido da Bahia representa, segundo o IPEA, cerca de 57,1% do número de indigentes de todo o Estado.

A intervenção do Estado no desenvolvimento do Semi-Árido já deveria ter ocorrido nos últimos 50 anos, porque nessa região se encontra arraigada uma concepção clientelista, antidesenvolvimentista, completamente alheia ao espírito da comunhão e da competição. No Nordeste, na Bahia, no Semi-Árido, só se notam mudanças de estilos de gestão político-administrativa naqueles estados e municípios onde os circuitos de capitais mais importantes e, por isso mesmo, mais exigentes, estão presentes — e cobrando coberturas municipais, dos governos estaduais, etc.

Naqueles municípios onde ocorrem explorações produtivas ligadas a tais circuitos, como em alguns perímetros irrigados, alguns aglomerados urbano-industriais, algumas minas de porte, podem-se encontrar prefeituras como as de Juazeiro e Vitória da Conquista que se agilizaram mais à base de reformas de suas estruturas organizacionais, dirigentes mais abertos e sensíveis a todo esse tipo de mudança e preocupações de inserção municipal numa tal perspectiva. Mas isso, nem de longe, é um comportamento, uma concepção ou uma linha política geral, sendo ainda muito localizada.

A gestão da mudança do Semi-Árido da Bahia requereria que houvesse não apenas uma estrutura que planejasse, decidisse, articulasse e executasse as estratégias necessárias à consecução dos objetivos; seria preciso que houvesse, também, programas e projetos detalhados de ação, além dos recursos financeiros que lhes dessem sustentação. Isso significa

dizer que as estratégias aqui delineadas deveriam ser traduzidas em programas e projetos com seus respectivos orçamentos, objetivando a captação de recursos para sua implementação, o que representaria o primeiro passo que seria dado pelo governo do Estado da Bahia a fim de tornar realidade o cenário desejado para o Semi-Árido da Bahia.

8.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO ESTADO DA BAHIA

Os principais problemas econômicos do Estado da Bahia:

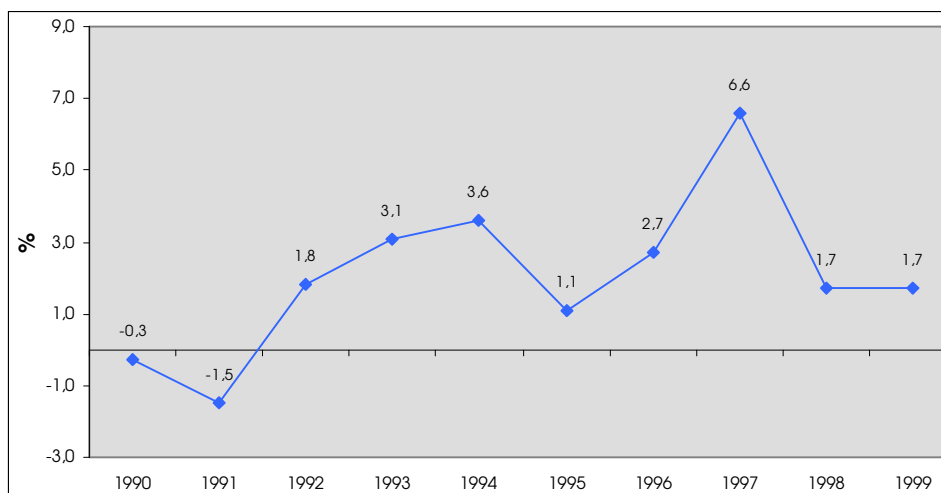
1. Baixas taxas de crescimento do PIB nas décadas de 1980 e 1990.
2. Declínio da participação da Bahia no PIB do Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

8.4.1 Baixas taxas de crescimento do PIB nas décadas de 1980 e 1990

As políticas governamentais implementadas no período 1950/1980 contribuíram para a obtenção de elevadas taxas de crescimento. No entanto, de 1980 até 1995, as taxas de crescimento foram medíocres, conforme está demonstrado na Tabela 30 no capítulo 7, que indica os valores das taxas de crescimento econômico da Bahia nos períodos 1975/1980, 1980/1985, 1985/1990 e 1990/1995. A análise do dessa tabela permite constatar que, apenas no período 1975/1980 ocorreu elevada taxa de crescimento econômico (9,4% ao ano). Nos demais períodos ocorreram baixas taxas de crescimento do PIB, inferiores em média a 2,8 % ao ano.

Por sua vez, o Gráfico 39 apresenta as taxas de crescimento do PIB em bases anuais de 1990 a 1999, e sua análise permite constatar que apenas em 1997, a taxa de crescimento do PIB foi significativa (6,6% ao ano). Nos anos seguintes, preponderaram taxas negativas de crescimento do PIB em 1990 e 1991 e taxas de crescimento inferiores a 3,6% nos demais anos.

Uma das explicações para o medíocre desempenho econômico do Estado da Bahia nas duas últimas décadas reside no fato de o Brasil ter apresentado um baixo crescimento econômico conforme ficou evidenciado nos capítulos 4 e 5. De 1980 e 1994, o Brasil enfrentou sérios problemas de hiperinflação, de agravamento de suas contas externas e de queda nos financiamentos internacionais e nos investimentos estrangeiros diretos. A partir de 1994, com a abertura da economia e a política de privatizações, os investimentos estrangeiros diretos cresceram conforme está demonstrado nos capítulos 4 e 5. No entanto, não foram suficientes para alavancarem o crescimento da economia brasileira.

Gráfico 39 – Taxas anuais de crescimento do PIB da Bahia – 1985–1999

Fonte: SEI, 2000.

Tal constatação significa dizer que uma das condições indispensáveis para que o Estado da Bahia passasse a apresentar taxas elevadas de crescimento do PIB seria a de que o Brasil voltasse, também, a crescer a taxas elevadas. Além disso, seria preciso que o governo do Estado da Bahia recuperasse sua capacidade de investir, incentivasse a atração de investimentos privados, bem como criasse as condições para que o Estado da Bahia se tornasse competitivo em relação a outros estados do Brasil na atração de investimentos externos.

A recuperação da capacidade de investimento do Estado da Bahia seria essencial para realizar os investimentos públicos necessários, sobretudo na infra-estrutura econômica e social. Para alcançar esses objetivos, o governo do Estado da Bahia adotou duas políticas: a primeira, de privatizar empresas estatais como a Coelba e o Baneb, e a segunda, de reduzir os custos da máquina administrativa do governo com o incentivo à aposentadoria e o pagamento de baixos salários aos funcionários públicos.

Com os recursos arrecadados com a venda de empresas estatais e a redução dos custos operacionais, o governo do Estado realizou alguns investimentos na área de infra-estrutura econômica e social, mas não o suficiente para atender às demandas do Estado da Bahia. Além disso, priorizou os investimentos em obras faraônicas como as de reforma do Aeroporto de Salvador. A venda das estatais implicou, entretanto, em fazer com que o governo do Estado da Bahia deixasse de contar com dois instrumentos importantes na promoção de seu desenvolvimento econômico e social como eram a Coelba, que atua na distribuição de eletricidade, e o Baneb que atuava na área bancária.

O governo do Estado da Bahia criou incentivos ao investimento privado através do PROBAHIA e desenvolveu grande ofensiva na atração de investimentos externos, destacando-se, entre eles, o projeto automotivo da Ford. Além dessas iniciativas, o governo do Estado da Bahia deveria ter adotado também políticas de fortalecimento dos pólos econômicos regionais, bem como políticas de desenvolvimento endógeno e sustentável, nos termos expostos no capítulo 3, as quais poderiam contribuir decisivamente na obtenção de maiores taxas de crescimento econômico para a Bahia e proporcionar, também, as condições para o desenvolvimento de iniciativas empresariais em todas as regiões da Bahia, promovendo sua desconcentração econômica.

O governo do Estado da Bahia não atuou, como deveria, em todas as frentes no sentido de apoiar as pequenas, médias e grandes empresas instaladas e a se instalarem na Bahia para elevarem seus níveis de competitividade e expandirem suas atividades no mercado nacional e internacional. O apoio às micros, pequenas e médias empresas no desenvolvimento do Estado da Bahia deveria se inspirar nos exemplos da Itália e Taiwan e às grandes empresas locais, nos mesmos moldes das políticas adotadas no Japão e na Coreia do Sul, de acordo com o exposto no capítulo 3. Não houve, também, da parte do governo do Estado da Bahia iniciativas no sentido de patrocinar incentivos às exportações da Bahia objetivando colaborar no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa do Brasil com a diminuição do déficit no balanço de pagamentos, gerar empregos e incrementar a renda no Estado da Bahia.

8.4.2 Declínio da participação da Bahia no PIB do Brasil nas décadas de 80 e 90

A análise do Tabela 52 permite constatar que, durante o período 1975/1984, o PIB da Bahia apresentou crescimento de sua participação em relação ao PIB do Brasil. De 1984 a 1999, houve declínio na relação PIB da Bahia/ PIB do Brasil. O desempenho positivo do primeiro período se explica pelo processo de acumulação de capital que sustentou a industrialização realizada nessa época.

O declínio da participação da Bahia no PIB do Brasil no período 1984/1999 pode ser atribuído à queda nos investimentos industriais no Estado da Bahia e ao maior crescimento do PIB da maioria dos demais estados. Estado da Bahia precisaria ter apresentado taxas de crescimento maiores do que as dos demais estados do Brasil para melhorar sua participação na formação do PIB do Brasil. Nesse sentido, seria preciso que se tornasse mais competitivo em relação a outros estados na atração de investimentos externos.

Tabela 52 – Relação PIB Bahia/PIB Brasil a preços de 1980 – 1975/1999

Ano	PIB Bahia/Brasil (%)	Ano	PIB Bahia/Brasil (%)
1975	4,0	1988	4,8
1976	4,1	1989	4,7
1977	4,4	1990	4,5
1978	4,5	1991	4,4
1979	4,7	1992	4,4
1980	4,8	1993	4,3
1981	5,0	1994	4,3
1982	5,0	1995	4,1
1983	5,6	1996	4,2
1984	5,7	1997	4,3
1985	5,3	1998	4,2
1986	5,2	1999	4,5
1987	4,9		

Fonte: IBGE; SEL.

8.5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA E DE SUAS REGIÕES

Do exposto neste capítulo, conclui-se que:

- Os focos dinâmicos da economia do Estado da Bahia são a Macrorregião de Salvador, o Litoral, inclusive Salvador, e as regiões sob a influência de Juazeiro, Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê e Guanambi.
- A Macrorregião de Salvador, que abrange os municípios de Salvador, Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas e Feira de Santana, concentra 90% da indústria de transformação da Bahia (setor químico, metalúrgico, produtos alimentares e outros) que, por sua vez, significa 25,1% do PIB estadual.
- Tudo indica que a Macrorregião de Salvador deverá concentrar ainda por muitos anos os investimentos, especialmente os industriais, em face de suas vantagens comparativas em relação a outras regiões do Estado. A expansão industrial da Região Metropolitana de Salvador ou da Macrorregião Salvador-Feira de Santana deverá continuar nos anos futuros porque obedece a lógica do aproveitamento das economias de aglomeração existentes, uma vez que o adensamento econômico dessa área ainda não atingiu seu ponto de saturação.
- Os focos dinâmicos de algumas regiões do Estado da Bahia estão contribuindo para o processo de acumulação de capital e conseqüentemente para seu desenvolvimento econômico

- O Estado da Bahia apresenta três grandes problemas do ponto de vista do desenvolvimento regional os quais estão discriminados a seguir: 1) Concentração econômica excessiva na RMS — Região Metropolitana de Salvador; 2) Regressão no desenvolvimento da região cacauceira; 3) Subdesenvolvimento da Região Semi-árida.
- Os principais problemas econômicos do Estado da Bahia nas décadas de 1980 e 1990 foram as baixas taxas de crescimento do PIB e o declínio da participação da Bahia no PIB do Brasil.
- A maioria absoluta dos municípios do Estado da Bahia apresentou em 2000 renda *per capita* inferior a R\$ 100,00.
- O papel do governo federal no desenvolvimento industrial e na implantação da infraestrutura de energia, transportes e comunicações e a ação do governo estadual na área de infra-estrutura de transportes e energia, bem como na promoção industrial e do turismo foram bastante importantes nos últimos 50 anos.
- Os focos dinâmicos da economia do Estado da Bahia contaram para o seu desenvolvimento, de modo geral, com o respaldo dos governos federal e estadual nos últimos 50 anos.